

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

NAYANE SIKOSKI DENCK SWIECH

GRUPO ESCOLAR DR. CLAUDINO DOS SANTOS: UM ESTUDO SOBRE
CULTURA ESCOLAR NA DITADURA MILITAR (1964-1985)

PONTA GROSSA
2020

NAYANE SIKOSKI DENCK SWIECH

GRUPO ESCOLAR DR. CLAUDINO DOS SANTOS: UM ESTUDO SOBRE
CULTURA ESCOLAR NA DITADURA MILITAR (1964-1985)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof. Dra. Maria Julieta Weber Cordova.

PONTA GROSSA
2020

S976 Swiech, Nayane Sikoski Denck
Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos: um estudo sobre cultura escolar na ditadura militar (1964-1985). / Nayane Sikoski Denck Swiech. Ponta Grossa, 2020.
91 f.
Dissertação (Mestrado em História - Área de Concentração: História, cultura e identidades), Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Orientadora: Profa. Dra. Maria Julieta Weber Cordova.
1. Cultura escolar. 2. Grupo escolar. 3. Ditadura militar. I. Cordova, Maria Julieta Weber. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. História, cultura e identidades. III.T.

CDD: 370.981



TERMO DE APROVAÇÃO

Nayane Sikoski Denck Swiech

GRUPO ESCOLAR DR. CLAUDINO DOS SANTOS: UM ESTUDO SOBRE CULTURA ESCOLAR NA DITADURA MILITAR (1964-1985)

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História - Mestrado em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no dia 03 de fevereiro, pela seguinte banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a MARIA JULIETA WEBER CORDOVA (UEPG)

(Orientadora)

PROF. DR. FEDERICO JOSÉ ALVEZ CAVANNA (UNESPAR)

PROF. DR. PAULO EDUARDO DIAS DE MELLO (UEPG)

Prof.^a Dr.^a PATRÍCIA CARLA DE MELO MARTINS (UEPG)

Ponta Grossa, 03 de fevereiro de 2020.

Dedico aos meus pais por me apoiarem
sempre nos estudos e ao meu filho Miguel.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me dar forças e serenidade nessa caminhada, e por me amparar em momentos difíceis.

Aos meus pais, por me incentivarem sempre a continuar estudando e buscando conhecimento.

Ao meu marido, pela compreensão nos momentos que mais precisei de apoio.

Ao meu filho Miguel, que nasceu em meio à construção deste trabalho, e que me deu ainda mais forças para continuar essa caminhada.

Ao meu irmão, por fazer parte da torcida pela minha conquista.

À professora Dr. Maria Julieta, que foi mais que uma orientadora, foi uma grande amiga e compreensiva quando mais precisei.

Aos demais professores que nos trouxeram conhecimentos em suas aulas no Mestrado.

Aos professores que se disponibilizaram a fazer a leitura deste trabalho, o professor Dr. Federico José Alvez Cavanna da UNESPAR e o professor Dr. Paulo Eduardo Dias de Mello da UEPG.

Aos colegas de turma e amigos.

À CAPES, por financiar essa pesquisa, ajudando e apoiando a educação de qualidade nessa instituição.

Agradeço a todos que fizeram parte desta caminhada.

A cultura escolar desemboca aqui no remodelamento dos comportamentos, na profunda formação do caráter e das almas que passa por uma disciplina do corpo e por uma direção das consciências.

(Dominique Julia)

RESUMO

A pesquisa teve por objetivo compreender a formação da cultura escolar que se instituiu no espaço educacional do Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos, no município de Ipiranga-PR, no período da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985). O estudo é de cunho documental e bibliográfico. Dentre a documentação escolar consultada, ressaltamos que as atas de reuniões pedagógicas e aulas inaugurais trouxeram informações centrais para a análise sobre a formação educacional dos(as) alunos(as). Para a delimitação do problema da pesquisa, partimos de algumas indagações sobre o processo de formação de uma cultura escolar no Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos, ou seja, como foi constituído seu cotidiano escolar, levando em conta alguns elementos como disciplinarização, normas e regras a serem cumpridas na ditadura militar, bem como a divisão do tempo escolar, as disciplinas, os deveres a serem cumpridos, dentre outros aspectos que remetem às especificidades culturais do grupo escolar estudado, que utiliza de tal nomenclatura até o ano de 1982. Dessa forma, analisamos a cultura que se formou nesse ambiente escolar, abordando o contexto político relacionado à legislação educacional do período ditatorial, vivenciado naquele contexto. Foi possível observar como alunos(as) e professores(as) se portavam diante de algumas regras e normas estabelecidas no grupo escolar, bem como elementos sobre a hierarquia escolar.

Palavras-chave: Cultura escolar. Grupo escolar. Ditadura militar.

ABSTRACT

The research aimed to understand the formation of the school culture that was formed in the educational space of the Dr. Claudino dos Santos School Group, in the municipality of Ipiranga-PR, during the military dictatorship in Brazil (1964-1985). The study is documentary and bibliographical. Among the school documentation consulted, we highlight that the minutes of pedagogical meetings and inaugural classes brought central information for the analysis of the educational background of the students. For the delimitation of the research problem, we started from some questions about the process of formation of a school culture in the Dr. Claudino dos Santos School Group, that is, how was constituted its daily life taking into account some elements as disciplinarization, norms and rules. to be fulfilled in the military dictatorship, as well as the division of school time, the subjects, the duties to be fulfilled, among other aspects that refer to the cultural specificities of the studied school group, which uses this nomenclature until 1982. Thus, we analyze the culture that formed in this school environment, addressing the political context related to the educational legislation in the dictatorial period experienced in that context. It was possible to observe how students and teachers behaved before some rules and norms established in the school group, as well as elements about the school hierarchy.

Keywords: School culture. School group. Military dictatorship.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Construção do Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos em 1913	24
Figura 2 - Planta do terreno que abrigava o Grupo, destacando-se as.....	24
Figura 3 - Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos em 1914	25
Figura 4 - Desfile cívico com alunos (as) do Grupo Escolar em meados de 1960. ...	28
Figura 5 - Alunos (as) do Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos (sem	30
Figura 6 - Ata de Reunião Pedagógica de 1959.....	31
Figura 7 - Ata de Reunião Pedagógica de 1965.....	32
Figura 8 - Ata de Aula Inaugural de 1961.....	34
Figura 9 - Sala dos professores (sem data).	35
Figura 10 - Ata de Aula Inaugural do Ginásio em 1959.....	37
Figura 11 - Croqui de implantação das salas de aula em 1960.....	38
Figura 12 - Ata de Aula Inaugural de 1972.....	55
Figura 13 - Ata de Aula Inaugural de 1972.....	56
Figura 14 - Ata de Aula Inaugural de 1974.....	58
Figura 15 - Ata de Aula Inaugural de 1967.....	60
Figura 16 - Ata de Reunião Pedagógica do ano de 1959.....	64
Figura 17 - Ata de Aula Inaugural do Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos em 1962	65
Figura 18 - Ata de Reunião Pedagógica de 1961.....	66
Figura 19 - Ata de Reunião dos Professores de 1965.....	67
Figura 20 - Ata da Reunião realizada em 1966	68
Figura 21 - Ata de Aula Inaugural de 1973.....	72
Figura 22 - Ata de avaliação de 1962.....	79
Figura 23 - Ata de avaliação de 1962.....	80
Figura 24 - Regimento Interno de deveres dos alunos em 1959 e relato de indisciplina.....	82
Figura 25 - Ata de repreensão em 1962.....	83

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 – DO GRUPO AO GINÁSIO: VESTÍGIOS DE FORMAÇÃO DE UMA CULTURA ESCOLAR EM IPIRANGA	17
1.1 CONTEXTO HISTÓRICO E EDUCACIONAL DE IMPLANTAÇÃO DOS GRUPOS ESCOLARES	17
1.2 O PRIMEIRO GRUPO ESCOLAR EM IPIRANGA	22
1.3 IMPLANTAÇÃO DO GINÁSIO NO MUNICÍPIO DE IPIRANGA	36
1.4 AS REFORMAS EDUCACIONAIS E SUAS NORMATIZAÇÕES	39
CAPÍTULO 2 – CULTURA ESCOLAR NO CONTEXTO DA DITADURA MILITAR NO GRUPO ESCOLAR DR. CLAUDINO DOS SANTOS	48
2.1 CONTEXTO EDUCACIONAL NA DITADURA MILITAR	48
2.2 PROGRESSO E PATRIOTISMO NO GRUPO ESCOLAR DR. CLAUDINO DOS SANTOS: INCULCAÇÕES DE UMA CULTURA ESCOLAR.....	61
2.3 DISCIPLINA E HIERARQUIA NO GRUPO ESCOLAR DR. CLAUDINO	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERÊNCIAS.....	87
FONTES E DOCUMENTOS.....	91

INTRODUÇÃO

Quando cursei Bacharelado em História, na Universidade Estadual de Ponta Grossa em 2005, optei por trabalhar com o Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos¹, por ser o único bem tombado e patrimônio histórico no município de Ipiranga. Deste trabalho, surgiu em 2014, a ideia de publicar o livro de minha autoria “O Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos: sua arquitetura, seu significado e ressignificação”, que trata a história do Grupo Escolar Dr. Claudino, que neste mesmo ano estava completando seu centenário. Então, decidi fazer o lançamento do livro, sobre o Grupo Claudino e a história de Ipiranga.

Quando surgiu a possibilidade de ingressar no mestrado, decidi trabalhar com o mesmo objeto, mas focando na perspectiva de formação de uma cultura escolar, buscando novas fontes e novos olhares sobre o Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos, tendo como recorte temporal o período da ditadura militar no Brasil.

Nessa direção, buscamos analisar aspectos sociais, políticos, econômicos e, principalmente, nesse caso, a cultura escolar, utilizando como fontes: atas de aulas inaugurais, reuniões pedagógicas e repreensões, entre os anos de 1964 a 1985.

Dentre os documentos consultados no acervo do atual Colégio Dr. Claudino dos Santos, foi necessária a leitura de algumas atas da década de 1960, anteriores à temporalidade proposta, pois além de ser o ano da implantação do Ginásio em Ipiranga, trouxe informações relevantes para entendermos os anos seguintes. A temporalidade compreende o período da ditadura militar no Brasil (1964-1985), observando em alguns documentos, indícios desse período na documentação acervada na biblioteca da escola. Ressaltamos, também, a dificuldade em encontrar as documentações referentes às datas pesquisadas, pois em 2015 ocorreu uma forte chuva de granizo em Ipiranga, o que ocasionou estragos em toda cidade e atingiu também a biblioteca do estabelecimento escolar estudado, circunstância em que muitos documentos foram perdidos. A problemática da pesquisa reside em compreendermos a cultura escolar no Grupo Dr. Claudino dos Santos, como seu

¹ A nomenclatura de grupo escolar permanece até a mudança da legislação educacional pela Lei n.º 5.692/71, porém, algumas escolas continuaram a utilizar tal denominação até alguns anos posteriores à referida legislação, como foi o caso do Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos, que se utilizou dessa nomenclatura até 1982, quando passou a ser denominada Escola Estadual Dr. Claudino dos Santos, o que justifica a opção do título da dissertação.

cotidiano, rituais, práticas, ordens, disciplinas, dentre outros aspectos, constituíram a formação educacional dos alunos neste espaço escolar. Entendemos cultura escolar como “cultura produzida pelos atores organizacionais, nas relações uns com os outros, nas relações com o espaço e nas relações com os saberes” (BARROSO, 2005, p. 2).

Considerada uma cultura reproduzida por pessoas que estiveram envolvidas em um projeto educacional que representa a comunidade em que viviam, entre professores, diretores, pais de alunos e alunos, “[...] a cultura escolar desemboca aqui no remodelamento dos comportamentos, na profunda formação do caráter e das almas que passam por uma disciplina do corpo e por uma direção das consciências” (JULIA, 2001, p. 14). Desse modo, remodela a transformação, não somente do corpo físico, mas também das mentes, de uma consciência sobre educação, como um modelo a ser seguido e trabalhado nas instituições escolares. Assim, “[...] desenvolvimento das formações profissionais na instituição escolar, também implica conflitos, confrontos e debates relacionados à manutenção dos valores e das finalidades antecedentes” (JULIA, 2001, p. 16).

Sendo assim, podemos analisar que:

Para essa interpretação, os terrenos de produção da Sociologia, História e História da Educação têm sido reconhecidamente um bom lugar para se pensar e dar novo significado a algumas pautas teórico-metodológicas, tais como: o tempo escolar, o espaço escolar, o currículo, os manuais, as autobiografias, as memórias, os diários, os aportes metodológicos, etc. (SILVA, 2006, p. 9).

As normas e regras estabelecidas no período da ditadura militar podem ser observadas nas entrevistas² de ex-alunos, que comentam sobre cantar o Hino Nacional e o hasteamento da bandeira, a formação das filas no pátio, a exigência do uniforme e os castigos para quem não o usasse, ou desobedecesse a alguma ordem imposta. Portanto, podemos perceber a cultura escolar instaurada, como uma norma ou regra estabelecida desde a implantação da República no Brasil, mas que se acentua de forma militarizada no período da ditadura militar.

² As entrevistas foram realizadas em 2008, para realização de trabalho de conclusão do Bacharelado em História. Os alunos entrevistados estudaram na década de 1960 no Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos. Utilizamos o teor das referidas entrevistas como fonte bibliográfica para a presente pesquisa.

Cada grupo escolar tem sua maneira de transmitir conhecimentos e estabelecer normas e regras de acordo com suas especificidades culturais, e de seu corpo docente e discente de forma particular.

[...] a escola é uma instituição da sociedade, que possui suas próprias formas de ação e de razão, construídas no decorrer da sua história, tomando por base os confrontos e conflitos oriundos do choque entre as determinações externas a ela e as suas tradições, as quais se refletem na sua organização e gestão, nas suas práticas mais elementares e cotidianas, nas salas de aula e nos pátios e corredores, em todo e qualquer tempo, segmentado, fracionado ou não (SILVA, 2006, p. 206).

A experiência proporcionada pelos professores, alunos, diretores e funcionários de uma escola produzem ações compartilhadas, padrões sociais, como rotinas, regras, formas de saber fazer, que são utilizadas no momento de sua produção para o ensino e conhecimento do educandário, como em ações futuras, ou seja, o que se aprende na escola se leva para a vida em sociedade.

Assim, entendemos que a cultura escolar ocorre de diferentes maneiras e em diferentes locais de ensino. Não podemos analisar uma única forma de ensinar e impor regras e normas iguais para todas as escolas, obedecendo a um único sistema educacional, mas, de certa forma, podemos trazer para a realidade, uma expectativa de ensino de cada grupo escolar e suas necessidades próprias. Dessa forma, a estrutura que envolve uma socialização escolar, envolve símbolos de uma tradição e valores que correspondem a um modo de viver da comunidade escolar.

Quando se trata de sua função simbólica e estética, é possível apreender os espaços escolares dotados de dimensões semânticas, constituindo-se em referente de um modo de vida e civilização e de semiologias capazes de desconstruir e codificar elementos que expressam um sistema de intenções, valores e discursos que são próprios de determinada tradição cultural, por exemplo: os muros escolares, o pátio escolar, a separação arquitetônica das salas de aulas, etc. (SILVA, 2006, p. 211).

Para a delimitação do problema da pesquisa partimos de algumas indagações sobre o processo de formação de uma cultura escolar no Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos, ou seja, como foi constituído seu cotidiano escolar levando em conta alguns elementos como disciplinarização, normas e regras a serem cumpridas na ditadura militar, bem como a divisão do tempo escolar, as matérias, os deveres a serem cumpridos, entre outros aspectos que remetem às especificidades culturais de um grupo escolar. Entendemos, portanto, que cultura escolar se refere

às vivências partilhadas por alunos, professores e equipe pedagógica. Portanto, estudar a cultura de uma escola auxilia a compreender a cultura do local onde esse grupo escolar está inserido. Dessa forma, podemos entender a cultura escolar como:

[...] um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). (JULIA, 2001, p. 2).

No presente estudo foi fundamental compreendermos costumes e relações entre sujeitos e como estes se inter-relacionam no espaço escolar, atentando para questões referentes à história da educação em Ipiranga.

A educação no município de Ipiranga passou por diversas mudanças, acompanhando as inovações políticas, sociais e educacionais entre os anos de 1964 até 1985, que foram se sucedendo e se moldando com as novas exigências, e um novo olhar para o ensino primário. Notamos então, a importância dada a um espaço próprio para educar, com normas e regras a serem cumpridas e disciplinas a serem ministradas, o tempo escolar e toda a estruturação disciplinar a serem cumpridos nos grupos escolares, com o novo olhar que o governo militar estava direcionando para a educação primária, que a partir da Lei n.º 5.692/71 passa a ser denominada de 1º grau.

Por meio da pesquisa documental, podemos observar as normatizações pelas quais a educação do Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos passou, desde a sua construção, o primeiro espaço próprio para educar em Ipiranga em 1914, a implantação do Ginásio em 1960, os professores, as disciplinas, a preocupação com as normas e regras a serem seguidas.

No período em questão, foi possível evidenciar traços de uma cultura escolar a serem estabelecidos nos grupos escolares, como o ato de hastear a bandeira, cantar o hino nacional, desfiles cívicos e, enfim, uma série de disposições para fortalecer o civismo que aquele regime impunha no ambiente escolar. Ressaltamos que a nomenclatura de grupo escolar, permanece até a mudança da legislação educacional pela Lei n.º 5.692/71, ainda que algumas escolas tenham utilizado tal denominação em alguns anos posteriores à referida legislação, como foi o caso do

Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos, que utilizou essa nomenclatura até 1982, quando passou a ser denominada Escola Estadual Dr. Claudino dos Santos.

Para trabalhar o conceito de cultura escolar, utilizamos como referencial teórico central Dominique Julia e Viñao Frago. Para Viñao Frago (1995), cultura escolar só pode ser compreendida se visitarmos as ideias, os fatos, as práticas, os modos de pensar e agir que são encontrados como forma de tradição no decorrer do tempo. Já para Julia (2001), cultura escolar é um conjunto de normas e práticas que precisam ser entendidas, relacionando os aspectos relativos para o contexto de produção, ligadas a diversas questões que envolvem o meio escolar e seus sujeitos.

Viñao Frago, define cultura escolar como um “conjunto de aspectos institucionalizados que *caracterizan a la escuela como organización*” “tradução nossa” (VIÑAO FRAGO, 1995, p. 68-69). Dessa forma, essa cultura pode ser vista em níveis diferentes, referindo a uma cultura específica que acontece em um estabelecimento escolar, diferenciando-se dos demais. Assim, para ele, cultura escolar pode se desenvolver a partir do ensino e da aprendizagem que ocorrem no dia a dia, tanto na escola, como fora dela. Para Julia (2001), o conceito de cultura escolar refere-se a uma perspectiva de olhar para o interior da escola, ou seja, para o seu funcionamento interno, para o conjunto de normas e práticas, que definem a cultura escolar, ou seja, a relação que os professores primários estabeleceram com as normatizações e como foi o uso que fizeram de recursos pedagógicos postos a circular no ambiente escolar, pois para Julia (2001) é preciso “compreender o que ocorre nesse espaço particular” (JULIA, 2001, p. 13). No entanto, essa relação nem sempre se estabelece pacificamente, mas permeada de resistências e contradições.

Segundo Faria Filho (2000), os tempos e espaços escolares permitem conhecer a organização e o sistema que os grupos escolares tinham, assim como as suas práticas e modos de produzir uma cultura escolar.

Para Viñao Frago (1995), a compreensão da cultura:

Lo que ello implica, por de pronto, es que la escuela ha de ser considerada, a la vez, desde la sociología de las organizaciones y la antropología de las prácticas cotidianas. El problema radica en que la cultura escolar en cuanto conjunto de aspectos institucionalizados que caracterizan a la escuela como organización, posee varias modalidades o niveles (VIÑAO FRAGO, 1995, p. 68).

Dessa forma, é fundamental buscar compreender as suas práticas cotidianas, a vivência dos sujeitos nesse espaço e como se relacionam entre si. Viñao Frago (1995) complementa que:

Y sí, es cierto, la cultura escolar es toda la vida escolar: hechos e ideas, mentes y cuerpos, objetos y conductas, modos de pensar, decir y hacer. Lo que sucede es que en este conjunto hay algunos aspectos que son más relevantes que otros, en el sentido de que son elementos organizadores que la conforman y definen. De entre ellos elijo dos a los que he dedicado alguna atención en los últimos años: el espacio y el tiempo escolares (VIÑAO FRAGO, 1995, p. 69).

O conceito de cultura escolar nos permite olhar para o interior da escola, para o seu funcionamento interno, como um conjunto de normas e práticas, analisando a relação que os professores primários, estabeleceram com as normas postas à obediência, bem como o uso que eles fizeram de dispositivos pedagógicos postos a circular no grupo escolar.

No primeiro capítulo, tratamos da implantação dos grupos escolares como espaços próprios para a educação primária, assim como a educação da população em Ipiranga com a construção do primeiro grupo escolar, seu cotidiano, a implantação de regras e normas na escola, a percepção de algumas influências e representações da política que se propunha naquele momento. Da mesma forma, será analisada a implantação do Ginásio, que também foi outro momento importante para a população ipiranguense, implantado em 1960, com suas normatizações sendo adaptadas para aquela comunidade escolar. Trabalhamos também, com as reformas políticas e educacionais, analisando a partir das fontes pesquisadas a maneira de educar, o civismo, o catolicismo, a ordem, dentre outros elementos.

Também procuramos demonstrar por meio da utilização de imagens enquanto documentação que subsidiou o trabalho. Assim, algumas imagens foram necessárias para poder abordar novos olhares sobre o assunto, o que ajuda na interpretação de uma formação cultural deste educandário.

[...] podemos afirmar que tais registros são objetos culturais que guardam fortes vínculos entre a memória dos personagens da escola e a memória da própria instituição, visto que enquanto documentos, essas fotografias se consistem em testemunho e representação da escola primária em determinada época, pois revelam a um só tempo o modo de ser, mas também o de se conceber a escola; além de revelar formas determinadas de os sujeitos se comportarem e representarem seus papéis – professor, aluno, classe etc. Elas trazem informações sobre a cultura material escolar,

como os arranjos espaciais (arquitetura), as relações sociais, os contextos humanos (professores, alunos, diretores e suas respectivas posturas) e sobre as práticas escolares (festas de encerramento do ano letivo, entrega de diplomas, desfiles e comemorações cívicas, solenidades, etc.) (BENCOSTTA, 2011, p. 400).

Podemos perceber, por meio de documentos imagéticos, a cultura escolar e o cotidiano entre professores e alunos, observando alguns momentos vividos no interior da escola, como desfiles, comemorações cívicas e solenidades que estiveram presentes nas atas escolares do Grupo Claudino.

No segundo capítulo, trabalhamos o contexto histórico e político que abrangeu o período da Ditadura Militar e os discursos presentes especialmente nas atas do Grupo Escolar Claudino, que nos remetem pensar a cultura escolar presente no município de Ipiranga naqueles anos em que o país vivenciava uma ditadura militar.

Portanto, compreendemos a cultura escolar por diferenciados aspectos representados na área da educação, como a organização do tempo escolar, a estruturação de disciplinas, a ordem na formação de filas, os desfiles cívicos, as datas comemorativas e as solenidades, enfim, as normatizações de uma educação proposta pelos governos militares.

CAPÍTULO 1 – DO GRUPO AO GINÁSIO: VESTÍGIOS DE FORMAÇÃO DE UMA CULTURA ESCOLAR EM IPIRANGA

Neste capítulo, abordaremos sobre o contexto de implantação dos grupos escolares no Brasil e de sua relevância para a consolidação de espaços próprios para a educação primária. Com a reordenação de disciplinas e do tempo organizado em períodos para cada aula, normas e regras foram estabelecidas. “A educação escolar assume uma forma prescritiva, denominada disciplina ou matéria escolar, com o objetivo de legitimar ações, comportamentos, discursos formalizados, de não permitir um possível ‘deseducar’ do sujeito” (RODRIGUES; INÁCIO FILHO, 2012, p. 140).

Dentre as fontes consultadas, tivemos como foco as atas escolares, compreendendo-as como vestígios de uma educação que se estabeleceu no município de Ipiranga, durante o período da ditadura militar. Entendemos que

[...] o conceito de fonte histórica ampliou-se significativamente, entendendo-as como vestígios de diversas naturezas deixados por sociedades do passado. Entretanto, o historiador deve dominar métodos de interpretação, entendendo que as fontes devem ser criticadas e historicizadas (XAVIER, 2010, p.1100).

Tratamos, assim, primeiramente da construção do primeiro espaço escolar no município de Ipiranga e a implantação do ginásio. Posteriormente, abordamos a questão da formação de uma cultura escolar específica a este ambiente escolar, de forma especial, no contexto da ditadura militar.

1.1 CONTEXTO HISTÓRICO E EDUCACIONAL DE IMPLANTAÇÃO DOS GRUPOS ESCOLARES

A prática de utilizar a própria residência como local de ensino era comum desde o período imperial, em que as aulas eram improvisadas em um espaço na própria casa dos professores.

Do Império, havíamos herdado escolas de ler e escrever que muitas vezes eram a extensão da casa do professor. Políticos republicanos e educadores, no final do século XIX, passaram a defender a necessidade de espaços especialmente construídos para serem escolas (BUFFA; PINTO, 2002, p. 32).

Os espaços para educar eram, muitas vezes, impróprios para as condições de ensino, não havendo higienização no ambiente e separação da escola em local próprio. Dessa forma, Faria Filho (1998), afirma que “[...] a escola era uma instituição em construção, pois estava deixando as casas e as igrejas para ocupar as praças e as avenidas da cidade” (FARIA FILHO, 1998, p. 144).

Na década de 1890, regulamentava-se a lei que estabelecia a criação dos grupos escolares. São Paulo foi o primeiro estado a implantar o modelo educacional, chamado de grupo escolar, em 1893.

A escola primária com salas de aula e vários professores, organizada em um prédio novo era algo relativamente recente na educação brasileira republicana. Antes da criação dos grupos escolares, a instrução primária se caracterizava pelo ensino particular e pelas escolas isoladas. Com o regime republicano estas formas de ensino passaram a ser consideradas ultrapassadas e distantes dos novos ideais republicanos.

Os grupos escolares passaram a ser vistos como forma de organizar e reinventar a própria escola.

Reinventar a escola significava, dentre outras coisas, organizar o ensino, suas metodologias e conteúdos; formar, controlar e fiscalizar a professora; adequar espaços e tempos ao ensino, repensar a relação com as crianças, famílias e com a própria cidade (FARIA FILHO, 2000, p.31).

Esse movimento renovado da escola primária passava a representar um valor significativo para a política, para a sociedade e para a cultura nacional. Tratava-se de uma forma de democratizar o acesso à leitura e à escrita, comprometidos com os ideais da Primeira República (1889-1930) e com a modernização da sociedade brasileira. Assim, o governo republicano idealizou a educação, um lugar de destaque, enaltecendo o grupo escolar como representante da política de valorização da escola pública, dando visibilidade à ação política do Estado e, ao mesmo tempo, fazendo propaganda de um novo regime republicano.

Os grupos escolares deveriam propagar uma imagem de estabilidade, evidenciando edifícios de fácil visualização, sendo identificados e reconhecidos como espaços do Governo. Os grupos deveriam ser vistos como templos do saber, o que permitia à República romper com o passado imperial, projetando para o futuro, uma pátria de ordem e progresso.

O Estado investia na construção de edifícios escolares, para que demonstrassem condições de ensino nas escolas. Portanto, o espaço escolar passa a ser um lugar de construção e transmissão de cultura. As escolas são permeadas na relação que têm em transmitir conhecimentos, normas e valores para a vida do educando. Nesse aspecto, os elementos de uma cultura que se constroem e fazem parte do cotidiano escolar, trazem novas formas de representações sociais de uma estrutura escolar, bem como a relação do professor com o aluno.

Assim, a cultura se configura a partir da junção da identidade social e da cultura escolar.

[...] definir a identidade da escola como instituição requer indagar dela seu projeto, mas requer, como contraponto, interrogar também o meio social onde a instituição se coloca: o que esperam da escola seus diferentes atores e seus contemporâneos (BOTO, 2003, p.383).

A identidade escolar vinha sendo construída a partir do seu meio social, desde o final do século XIX, junto a um novo modelo de educação no país, em que se inicia um discurso produzido pela higienização como uma suposta prevenção dos problemas sociais e impedimento de proliferação de doenças. Justificados por um discurso de neutralidade, notamos no teor da seguinte ata a necessidade da higiene escolar para impedir que os malefícios se instalassem na sociedade.

[...] o professor [...] teceu considerações acerca da higiene escolar, fazendo referências sobre os cuidados para com a saúde, relacionando certos fatos da vida na escola com a vida na família. [...] discorreu sobre profilaxias em geral, focalizando mais acentuadamente a preservação da saúde contra o terrível Mal de Hansen. (Ata da Aula Inaugural do Ginásio Estadual de Ipiranga, 01/03/1961).

A higiene escolar constituía-se numa disciplina escolar:

[...] a disciplina com a denominação Hygiene, por meio do Decreto 420 de 19 de Junho de 1917, intitulado 'Programma do Grupo Escolar Modelo e similares'. Nele, há a descrição dos conteúdos que deviam ser lecionados nos quatro anos do curso primário. Por outro lado, a data delimitadora desse recorte foi a aprovação do Regimento Interno dos grupos escolares do Estado do Paraná, pelo Decreto 1874 de 29 de Julho de 1932, que voltou a apresentar a disciplina Higiene com essa denominação. Nesse período, ainda, esteve vigente o programa de ensino para os grupos escolares de 1921, que apresentava a Higiene associada às Ciências Físicas e Naturais (PIKOSZ, 2007, p. 3).

De certa forma, os hábitos saudáveis e corretos estavam atrelados à higiene, prevenindo doenças e mantendo o corpo forte e sadio, mas é preciso problematizar até que ponto tais medidas em prol da saúde física não afetavam a própria concepção dos papéis sociais de aluno e professor ideal:

Nos Grupos Escolares, a Higiene preconizaria o preparo de homens e mulheres sadios e fortes, o aprimoramento físico das crianças, o desenvolvimento de hábitos sadios e corretos, a construção de mobiliários adaptados aos alunos e a construção de prédios escolares de modo a prevenir moléstias (CUNHA JUNIOR, 2007, p. 75).

A disciplina de Educação Física também era vista como parte integrante da higiene, pois trabalhava com o corpo em diferentes momentos, como em sala de aula, mantendo a postura ao se sentar na cadeira, na hora de se alimentar, educando o aluno para como e o que comer, e na hora do recreio através das brincadeiras.

Além da preocupação com a higiene e a saúde dos educandos, algumas mudanças no ensino tornaram-se necessárias, como observamos na mensagem do presidente Francisco Salles enviada ao Congresso Mineiro, em 1904:

[...] uma boa reforma do ensino deveria contemplar: 'A constituição de um bom professorado, a fiscalização real da escola, o fornecimento de prédios que reunissem as necessárias condições higiênicas, o mobiliário escolar conveniente e a obrigatoriedade do ensino' (GONÇALVES, 2004, p. 67).

A reforma do ensino teve um papel fundamental para intervir politicamente na educação, com o propósito de mudar o retrato do país para a construção de uma nova sociedade brasileira. A implantação de espaços próprios para a educação, visando uma higienização dos grupos escolares, nova estrutura com salas de aula arejadas e móveis próprios para um novo modelo educacional. Assim, “a escola foi, signo da instauração da nova ordem, arma para efetuar o Progresso” (CARVALHO, 1989, p. 7).

Toda atividade humana necessita de um espaço para sua realização, e a atividade educativa não foge à regra. Desde o momento em que as sociedades começaram a entender que as novas gerações necessitavam de uma formação que extrapolava as possibilidades da família, começava a surgir também a preocupação com o *onde* na educação (CHORNOBAI, 2002. p. 46).

Isso pode ser percebido na proposta republicana para as escolas públicas, com a criação dos grupos escolares que se constituíram como verdadeiros símbolos erguidos no espaço, indicando um novo país sendo construído. “Os grupos escolares eram grandes monumentos arquitetônicos e se localizavam em espaços valorizados dentro das cidades, principalmente nas principais praças”. (BENCOSTTA, 2001, p. 105). Para Buffa e Pinto (2002, p. 32), os edifícios escolares eram “[...] prédios grandes, arejados, bonitos, destinados a cumprir sua finalidade principal, a de ser escola, testemunhando a valorização que o Estado dava ao ensino e serviam para que a população os admirasse”.

Dessa forma, as construções dos prédios escolares estariam representando a valorização ao ensino que o Estado estava ofertando naquela época. Nessas construções, havia algumas regras em sua arquitetura, a forma e a disposição dos espaços para melhor abrigar e acomodar os alunos.

Os prédios abrigavam de quatro a oito salas de aula, de acordo com o número de alunos. Era um espaço dividido pelo sexo, com duas entradas laterais no corpo do prédio, a entrada principal com escadaria, a saleta de entrada, o almoxarifado, o gabinete do diretor e os corredores. A arquitetura do prédio, as dimensões grandiosas das janelas e portas destacavam a higienização dos espaços escolares, valorizando a estética, a cultura e a ideologia constituída na República (DENCK, 2014, p. 29).

Outro elemento que compõe a construção dos prédios republicanos é o pátio. Um espaço de transição, que normatizava a maneira com que os alunos saíam e entravam na escola. Esse espaço tinha como significado, a passagem de uma ordem para outra, onde a fila cumpria um papel de imposição, uma postura de ordem escolar, uma forma de disciplinar os alunos. “Uma vez na escola, separados dos outros sujeitos em um espaço fechado, constroem saberes e relações com a linguagem, com o outro e com o mundo, aprendendo formas sociais específicas que correspondem a modalidades do poder” (FALSARELLA, 2018, p. 622).

O pátio servia também, para que meninos e meninas tivessem o horário de recreio e realizassem as atividades físicas, sem se misturarem. Da mesma forma, o muro também foi construído para que o espaço escolar se diferenciasse e se limitasse do restante. Assim, os alunos saberiam o limite entre a rua e a escola. Ou seja, normatizava-se o limite entre a rua e a escola, para que os alunos entendessem que o ambiente escolar era diferente do restante. Assim, o grupo escolar significou a produção de um lugar próprio para se educar.

O espaço físico da escola, sua fachada e estrutura, o jardim, as salas de aula, os corredores, a sala dos professores e do diretor, enfim, toda a organização arquitetônica do espaço é parte importante desse determinado ambiente que educa (BUFFA; PINTO, 2002, p. 13).

A partir desses pressupostos, nas primeiras décadas do século XX, foi elaborado um projeto para a construção de grupos escolares em vários municípios do Paraná, e o município de Ipiranga foi um dos beneficiados. Em 1912, iniciou-se a construção do primeiro espaço para educar, o Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos. Construído no centro da cidade, próximo à igreja matriz e à praça principal, local em que as relações políticas, econômicas e culturais se desenvolviam. Assim, o referido grupo escolar propiciou acesso, especialmente aos alunos que moravam próximos do centro de Ipiranga, em um contexto educacional em que a infrequência era uma constante na realidade escolar da Primeira República.

1.2 O PRIMEIRO GRUPO ESCOLAR EM IPIRANGA

A construção de grupos escolares foi priorizada no governo de Carlos Cavalcanti de Albuquerque. A Lei nº 1.178 de 10 de Abril de 1912 foi sancionada e aprovada, para a construção de prédios novos, que abrigassem grupos escolares em diversas cidades do interior paranaense.

De acordo com Sales (2000, p. 51): “Havia uma preocupação para que os prédios escolares se distanciassem da aparência residencial e de outros espaços da vida cotidiana e doméstica”. Dessa forma, a inauguração do Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos, em 1914, e a perspectiva de instaurar o ensino no município de Ipiranga, representou uma extensão geográfica dos ideais republicanos para construir uma nova pátria, com cidadãos preparados para um novo modelo de sociedade que estava surgindo.

Na Primeira República, nenhum nível educacional recebeu tanto destaque quanto a educação primária, na qual se caracterizou a luta contra o analfabetismo. [...] Dados levantados pelo recenseamento de 1920 apontaram que o Brasil possuía um índice de 80% de analfabetos. Do entusiasmo pela educação e do otimismo pedagógico decorreu, sobretudo na década de 1920, a crença na possibilidade de reformar a sociedade a partir da reforma do homem, ou seja, a escolarização passou a ter um papel insubstituível como redentora dos males sociais, como um instrumento de aceleração do desenvolvimento do país. Começou-se a questionar também

a importância do mero combate ao analfabetismo diante da necessidade de propiciar uma escola primária 'integral', que educasse a população para que pudesse exercer ativamente sua cidadania. Entretanto, às elites políticas, interessava apenas que a grande massa da população fosse alfabetizada, pois possuíam um único intuito: que adquirisse direitos políticos, ou seja, pudesse votar (RIBEIRO; PRADO; MARIANO, 2017, p. 70).

O objetivo era formar cidadãos para servir à Pátria, investindo na educação, como forma de obter um novo modelo de sociedade, calcada em valores cívicos. Assim como, educando o corpo e a mente para viver em uma sociedade que buscava novos propósitos, novas formas de ensinar, preparando cidadãos para o futuro, para a construção de um novo país, com seus direitos e deveres, podendo votar e escolher seus representantes políticos.

A partir do momento em que havia um espaço próprio para as atividades escolares, deu-se início à formação educacional institucionalizada da população ipiranguense, sendo possível o ensino dentro das normas que um grupo escolar deveria adotar na época.

O Grupo Escolar recebeu o nome de Dr. Claudino dos Santos, que foi inspetor estadual de ensino no Paraná, redator de vários jornais, diretor da Instrução Pública, secretário de Estado do Interior e de Obras Públicas, prefeito municipal de Curitiba, fundador e professor do Colégio Paranaense.

A arquitetura e localização do novo prédio escolar, além de torná-lo visível para a população local, valorizavam ainda mais o município. Com apenas vinte anos de existência, Ipiranga já era reconhecida, pelo governo do Paraná, como local estratégico para receber uma construção daquele porte, o que denota que tais construções de grupos escolares passavam a constituir uma política também de alcance regional.

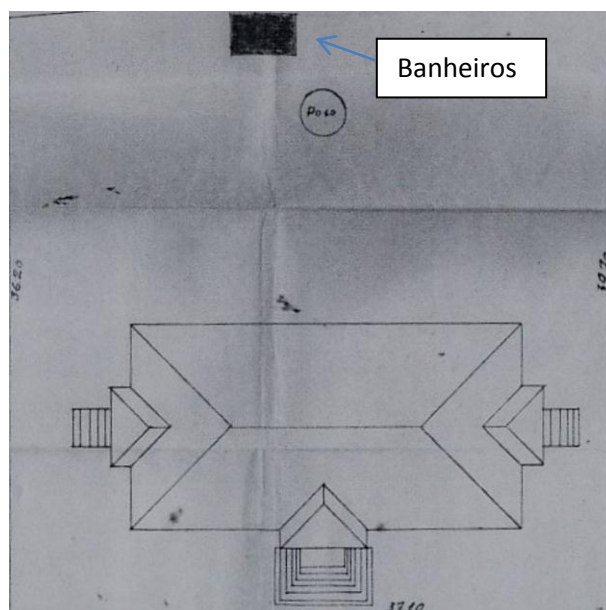
Figura 1 - Construção do Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos em 1913



Fonte: Casa da Cultura de Ipiranga (2007).

Para enaltecer a higienização dos espaços escolares, destacavam a arquitetura do prédio, as grandiosas janelas e portas que deveriam ser grandes para propagar a luz no ambiente, e, apenas os banheiros não faziam parte do corpo do prédio, sendo anexados aos fundos.

Figura 2 - Planta do terreno que abrigava o Grupo, destacando-se as entradas, o poço d' água e os banheiros (pintados de preto), 1913.



Fonte: Secretaria de Estado da Cultura do Paraná (2007).

Observamos as informações sobre o sistema educacional e a construção do primeiro grupo escolar, como um momento de relevância na educação ipiranguense. Podemos perceber que a educação em Ipiranga estava representada por um prédio arquitetônico imponente, que foi construído no centro da cidade, propagando o ideal republicano que se instaurava no país naquele momento, iniciando uma nova maneira de pensar a educação. Um espaço próprio para educar, um prédio pensado para obter uma nova concepção de escola, formadora de valores, com interesse em formar cidadãos para o progresso e desenvolvimento do país.

A escola pública, universal e gratuita ficaria com sua grande bandeira. A educação deveria ser proporcionada para todos, e todos deveriam receber o mesmo tipo de educação. Ela criaria, assim, uma igualdade básica de oportunidades, a partir da qual floresceriam as diferenças baseadas nas qualidades pessoais de cada um. Caberia ao setor público, e não a grupos particulares, realizar esta tarefa; pela sua complexidade e tamanho, como também pelo fato de que não seria o caso de entregá-la ao facciosismo de setores privados. Este ensino seria, naturalmente, leigo. Sua grande função era, em última análise, formar o cidadão livre e consciente que pudesse incorporar-se, sem a tutela de corporações de ofícios ou organizações sectárias de qualquer tipo, ao grande Estado Nacional em que o Brasil estava se formando (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2001, p. 70).

A inauguração do Grupo Escolar, na imagem a seguir, com a presença do patrono Dr. Claudino dos Santos e demais cidadãos do município de Ipiranga em 1914, é reveladora de tais objetivos republicanos.

Figura 3 - Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos em 1914



Fonte: Casa da Cultura de Ipiranga (2007).

A arquitetura desses edifícios exprimia os ideais da República e, de certa forma, são identificados até hoje, como edifícios republicanos, e muitos desses prédios ainda continuam em uso. Este é o caso do prédio do antigo Grupo Escolar Dr. Claudino, que após seu tombamento e restauro, continua sendo utilizado pela comunidade local, desde 1993, como Casa da Cultura. “Para fazer ver, a escola devia se dar a ver. Daí os edifícios necessariamente majestosos, amplos e iluminados, em que tudo se dispunha em exposição permanente” (CARVALHO, 1989, p. 25).

O advento da República em 1889 ratificou a crença no poder da educação popular, ressaltada, a partir de então, como instrumento de consolidação do novo regime político e de manutenção da ordem social. A educação do povo atendia a uma das condições para a participação política, uma vez que a República manteve a interdição ao voto do analfabeto, excluindo, assim, grande parte da população brasileira da cidadania política. Mais que um direito do cidadão, a escola primária foi concebida como uma necessidade e, sobretudo, como um dever de cada homem do povo. Diante da soberania popular, para o Estado, a educação configurava-se como um interesse em decorrência do qual sobressaía o rigoroso dever em promovê-la. Essas novas finalidades atribuídas à escola primária vieram acompanhadas de profundas reformas no ensino público (SOUZA, 2000, p. 106).

Assim, a cultura escolar do Grupo Claudino formou-se a partir desses elementos políticos, de direitos e deveres e, fundamentalmente de voto, que fazem parte da elaboração de uma educação primária regida por normas e regras, constituídas desde o início do governo republicano, no Brasil. Entendemos que a cultura escolar

[...] é vista como um conjunto de teorias, princípios ou critérios, normas e práticas sedimentadas ao longo do tempo no seio das instituições educativas. Trata-se de modos de pensar e atuar que proporcionam estratégias e pautas para organizar e levar a classe, interatuar com os companheiros e com outros membros da comunidade educativa e integrar-se à vida cotidiana do centro docente (VIÑAO FRAGO, 1995, p. 68).

Do modo como compreendemos, a cultura escolar pode revelar a interação dos conteúdos organizados pelos professores, as regras estabelecidas nos grupos escolares, os diversos pensamentos e atuações que faziam parte do cotidiano escolar.

Com a construção dos grupos escolares, houve uma reordenação do tempo na escola, assim como um novo espaço, em que os alunos passavam a se organizar com horários para as disciplinas, recreio e atividades no pátio.

A organização do tempo escolar se define tecnicamente pelos instrumentos utilizados para a sua efetivação, ou seja, os planejamentos, os horários, os calendários que ocupam grande parte das atenções da escola. Já o espaço como construção social jamais é neutro, pelo contrário, carrega em sua configuração como território e lugar, signos, símbolos e vestígios da condição e das relações sociais daqueles que o habitam. Os espaços educativos, como lugares que abrigam a liturgia acadêmica, estão dotados de significados e transmitem uma importante quantidade de estímulos, conteúdos e valores [...], ao mesmo tempo em que impõem suas leis como organizações disciplinares (VIÑAO FRAGO et al., 1995, p. 27).

O grupo escolar de Ipiranga estava pautado nos quesitos que eram necessários para o funcionamento de um ambiente próprio para se educar. Construído nos padrões estabelecidos pelo governo do Estado, era um espaço que iria abrigar os alunos, para que estes exercessem a função de aprendizes do saber e construtores de uma futura nação, em busca da ordem e do progresso, que a República vinha propondo em seus ideais para os grupos escolares do país.

O Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos também cumpria as funções sociais e cívicas com o Estado, pois além dos professores ensinarem seus alunos a ler e a escrever, também deveriam ensinar a comportar-se, incentivando-os às práticas esportivas e cumprindo os deveres cívicos, como hastear a bandeira nacional pelo menos uma vez na semana. Segundo Odir José Denck, ex-aluno do Grupo Claudino, “passo hoje lá, onde eles hasteavam a bandeira todo sábado na frente do prédio” (informação verbal)³. E, outra recordação do ex-aluno, Antônio Dinor Scheffer, “lembro quando cantávamos o Hino Nacional” (informação verbal)⁴. Essas práticas, de cunho patriótico, predominaram no ensino primário, no início do século XX.

À semelhança das organizações militares, os batalhões infantis, reunindo pequenos soldados, simbolizavam uma das finalidades primordiais da escola pública: a celebração cívica. Nesse sentido, eles contribuíram não apenas para a ‘invenção das tradições’ conforme sugerem Hobsbawm e Ranger (1997), participando das comemorações cívicas – as festas

³ Entrevista concedida a autora, em 15 de janeiro de 2008.

⁴ Entrevista concedida à autora, em 20 de janeiro de 2008.

nacionais instituidoras de uma memória nacional –, como ajudaram a reforçar o imaginário sociopolítico da República. Entende-se, dessa forma, o encantamento que tais agremiações provocavam na sociedade da época ao oferecerem a representação de um corpo unido e harmônico, como deveria ser a pátria e a nova ordem. Ao desfilar pelas ruas da cidade, manifestavam todo o sentido simbólico da escola no meio social (SOUZA, 2000, p. 108).

O desfile cívico também se constituía numa forma de demonstrar patriotismo e civismo.

[...] as comemorações cívicas ligadas ao dia sete de setembro. O dia da independência era tradicionalmente comemorado, no calendário escolar, com um 'garboso' desfile, um culto à nação. Era um feito que se realizava para atender às expectativas de um projeto de ensino que visava à formação moral e cívica do educando, que compreendia a essência da nacionalidade, sintetizada em armas, brasões e símbolos, denotando as aspirações, militares, para a construção da nação brasileira com ordem, progresso e igualdade entre os homens (RODRIGUES; INÁCIO FILHO, 2012, p. 143).

Figura 4 - Desfile cívico com alunos (as) do Grupo Escolar em meados de 1960.



Fonte: Casa da Cultura de Ipiranga (2007).

As práticas de hastear a bandeira, cantar o Hino Nacional e desfilar em datas específicas, normatizavam-se enquanto ordens e regras a serem cumpridas pelos grupos escolares, vistas como tradições que indicavam respeito e lealdade à pátria. Dessa maneira, o governo republicano estava conquistando a ordem e o progresso almejado para o país que estava sendo idealizado naquele momento.

A disciplina de ginástica na prática da educação física servia para as práticas esportivas, refletindo as atividades militares e cívicas, em cumprimento às

exigências do período republicano, que pairava nos espaços escolares no início do século XX.

[...] o Código de Ensino da Educação do Paraná de 1917, no qual transparece a organização dos programas e a distribuição do tempo, por meio do Art. nº 55 do Decreto de Lei nº 17, de nove de janeiro de 1917, estabelece a divisão do ensino primário completo em quatro séries. Os programas eram organizados de acordo com as conclusões mais adiantadas da pedagogia e de acordo com as necessidades da sociedade paranaense. A *Gymnástica* foi introduzida nos estabelecimentos de ensino como exercícios *gymnásticos* (OLIVEIRA, 2012, p. 19).

Outro elemento fundamental para compreendermos a formação de uma cultura escolar era o uniforme e seu uso obrigatório nos grupos escolares. Na imagem a seguir, podemos notar que a maioria dos alunos estavam uniformizados, cumprindo uma normativa da escola, porém, alguns não estavam usando o uniforme. Provavelmente, seriam alunos mais pobres e, por esse motivo, não estavam vestindo o traje necessário.

[...] para os estudos do século XIX podemos acrescentar a escola pública como um dos espaços de presença das crianças pobres e particularmente de produção da identificação 'aluno pobre'. [...] A pobreza é referida tanto pela falta de vestimentas para os meninos comparecerem à aula como pelo uso indiscriminado do trabalho infantil (VEIGA, 2008, p. 507-508).

Muitos alunos não frequentavam a escola pelo fato de terem que trabalhar para ajudar seus pais. Os alunos pobres não tinham condições de comprar o uniforme, muitas vezes nem mesmo frequentavam as aulas.

Figura 5 - Alunos (as) do Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos (sem data).

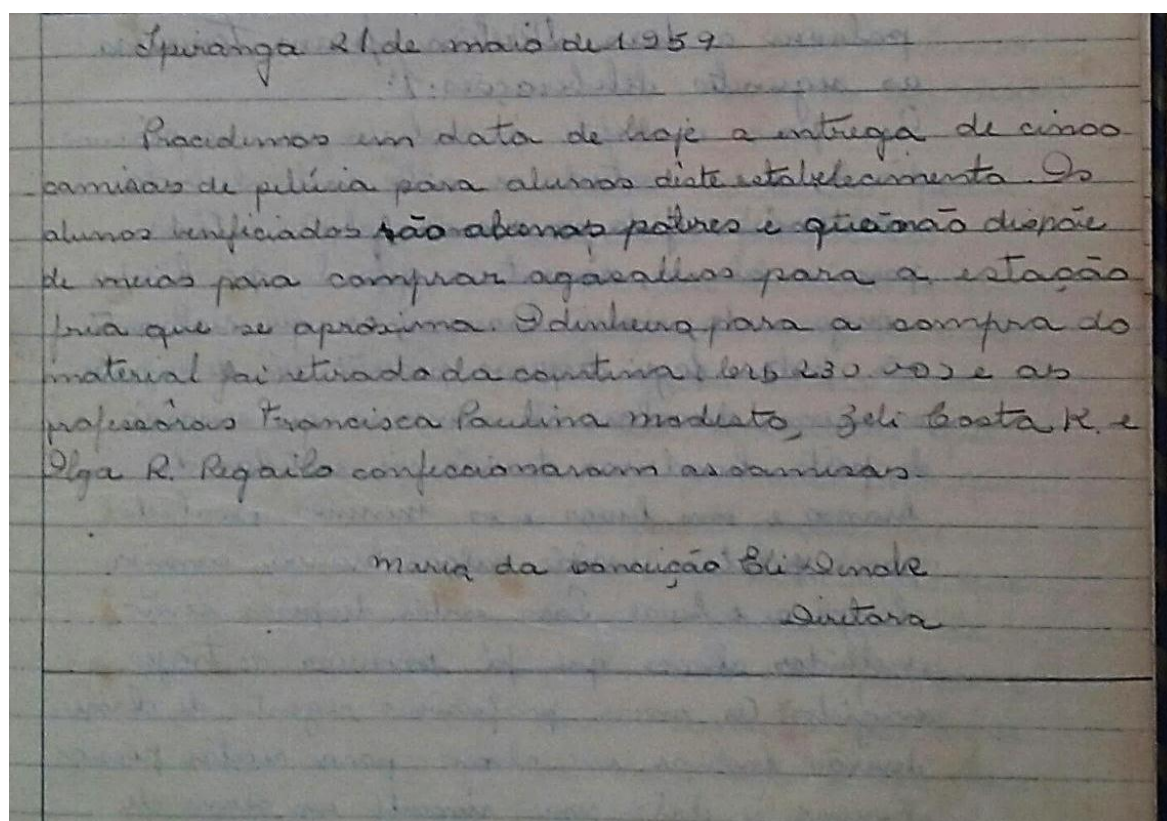


Fonte: Casa da Cultura de Ipiranga (2007).

Uma das atenções dadas pela direção e professores do Grupo Escolar Claudino era sobre a doação de uniformes para os alunos mais carentes. Percebemos a preocupação das professoras e dos diretores do grupo escolar, com os alunos sem condições financeiras para obter o uniforme, conforme teor de ata pedagógica do ano de 1959:

Procedemos em data de hoje a entrega de cinco camisas de pelúcia para alunos deste estabelecimento. Os alunos beneficiados são alunos pobres e que não dispõe de meios para comprar agasalhos para a estação fria que se aproxima. (Ata de Reunião Pedagógica do Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos, 21/05/1959).

Figura 6 - Ata de Reunião Pedagógica de 1959



Fonte: Biblioteca do Colégio Estadual Dr. Claudino dos Santos (2018).

Consta, ainda, que a diretora do Grupo Escolar Dr. Claudino, “Incitou as professoras a fazerem a campanha do avental e calção para os alunos pobres”, conforme figura 7. (Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos, 20/03/1965).

Figura 7 - Ata de Reunião Pedagógica de 1965

Aos profissionais.
 a) Serão elaboradas as provas mensais em cadernos, nos meses de Março, Maio, Setembro, para verificação do aprendizado, fora as principais de Abril, Junho, Agosto e Outubro, pelas professoras regentes e professora de Religião.
 b) Sugere-se a formação de uma feira que funcionará uma vez por semana, onde os alunos terão parte trazendo as verduras e frutas e vendendo-as, orientados pelas professoras. Haverá então, um comitê das senhoras do lugar para participarem da mesma, adquirindo os produtos nela vendidos.
 c) Incitou às professoras a fazerem a campanha do avental e calcção para os alunos pobres, bem como a Pascoa de todos os alunos do estabelecimento.
 Não havendo mais nada a tratar, a Sra. Diretora encerrou a reunião.
 Eu, Ivette Alib, como secretária lavrei a presente ata que vai assinada por mim, pela Sra. Diretora e professoras, depois de a lerem e acharem-na de acordo.
 Piranga, 20 de Março de 1965.
 Ivette Alib. Secretária.
 Diretora.
 Professoras.

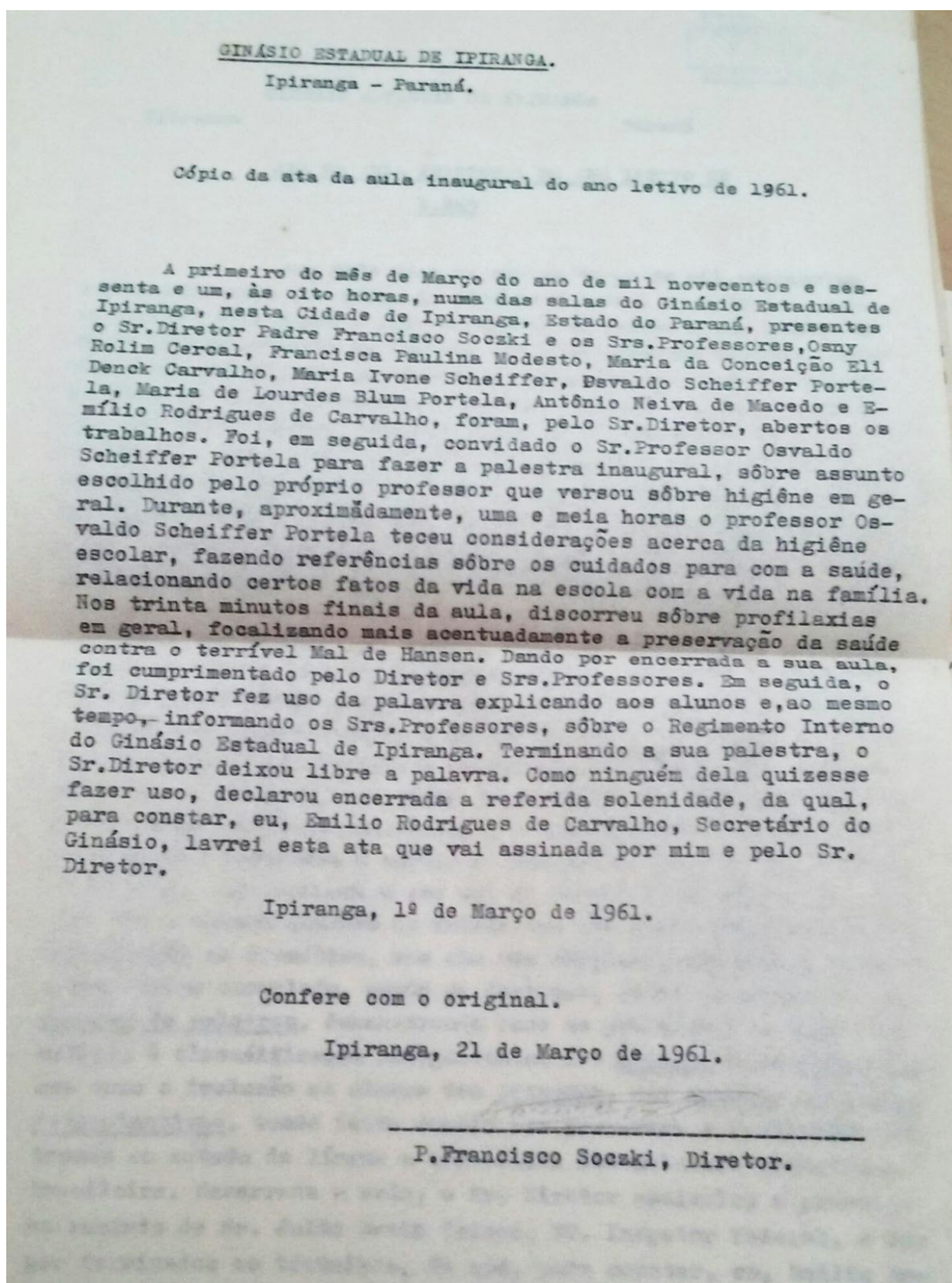
O uniforme enquanto uma representação simbólica que identifica uma instituição escolar, referindo-se à coletividade em que se insere, pode ser observado, conforme Souza (2000), também às diferenças numa suposta igualdade, ou seja, aos critérios de desigualdade social no contexto escolar. Portanto, é preciso questionar os meios de identificação e representação da escola, como símbolo de pertencimento àquele Grupo Escolar, especialmente se um objeto se torna obrigatório para aqueles que ensinam se integrar ao grupo.

Segundo depoimento de um ex-aluno, “aquele tempo, era educação física, fulano por que não veio de calção? Ficava de castigo a aula inteira” (DENCK, 2014)⁵. Analisamos que o uso do calção, para as aulas práticas de educação física, era uma regra do Grupo Escolar, e o não cumprimento dela resultava em castigo. Percebemos que o uniforme é um objeto ligado à instituição e, portanto, obrigatório. Dessa forma, tornando-se obrigatório também, àqueles que não possuíam condições financeiras para adquiri-lo. Seu uso frequente, e a limpeza dele, remetem à ideia de ordem, disciplina e higiene, tornando-se um símbolo de autoridade.

Salientamos que a questão da higiene esteve presente desde o discurso de implantação do grupo estudado, conforme consta registro na ata inaugural de 1961:

⁵ Entrevista concedida a autora, em 10 de janeiro de 2008.

Figura 8 - Ata de Aula Inaugural de 1961



Fonte: Biblioteca do Colégio Estadual Dr. Claudino dos Santos (2018).

É evidente, também, a representação da ordem e do civismo no ambiente escolar, o que sugere pensar castigos impostos, quando algo não estivesse de acordo com as normas e regras estabelecidas pelo Grupo.

Figura 9 - Sala dos professores (sem data).



Fonte: Biblioteca do Colégio Estadual Dr. Claudino dos Santos (2018).

A sala dos professores e a bandeira exposta remetem-nos às formas de demonstração do patriotismo presente no grupo escolar de Ipiranga, um local onde a educação, o patriotismo, a ordem e o progresso do país fizeram-se presentes desde sua implantação.

O edifício-escola, como se sabe, serviu de estrutura material para colocar o escudo pátrio, a bandeira nacional, as imagens e pensamentos de homens ilustres, os símbolos da religião, algumas máximas morais e higiênicas, o campanário e o relógio... Isso expressa toda uma instrumentação da escola a serviço dos ideais nacionais, religiosos e sociomorais (ESCOLANO, 2001, p. 40).

Os elementos observados fazem parte da construção de um novo país e uma nova forma de pensar a educação primária. Dessa maneira, o Grupo Dr. Claudino estava dentro dos padrões estabelecidos pelo governo republicano.

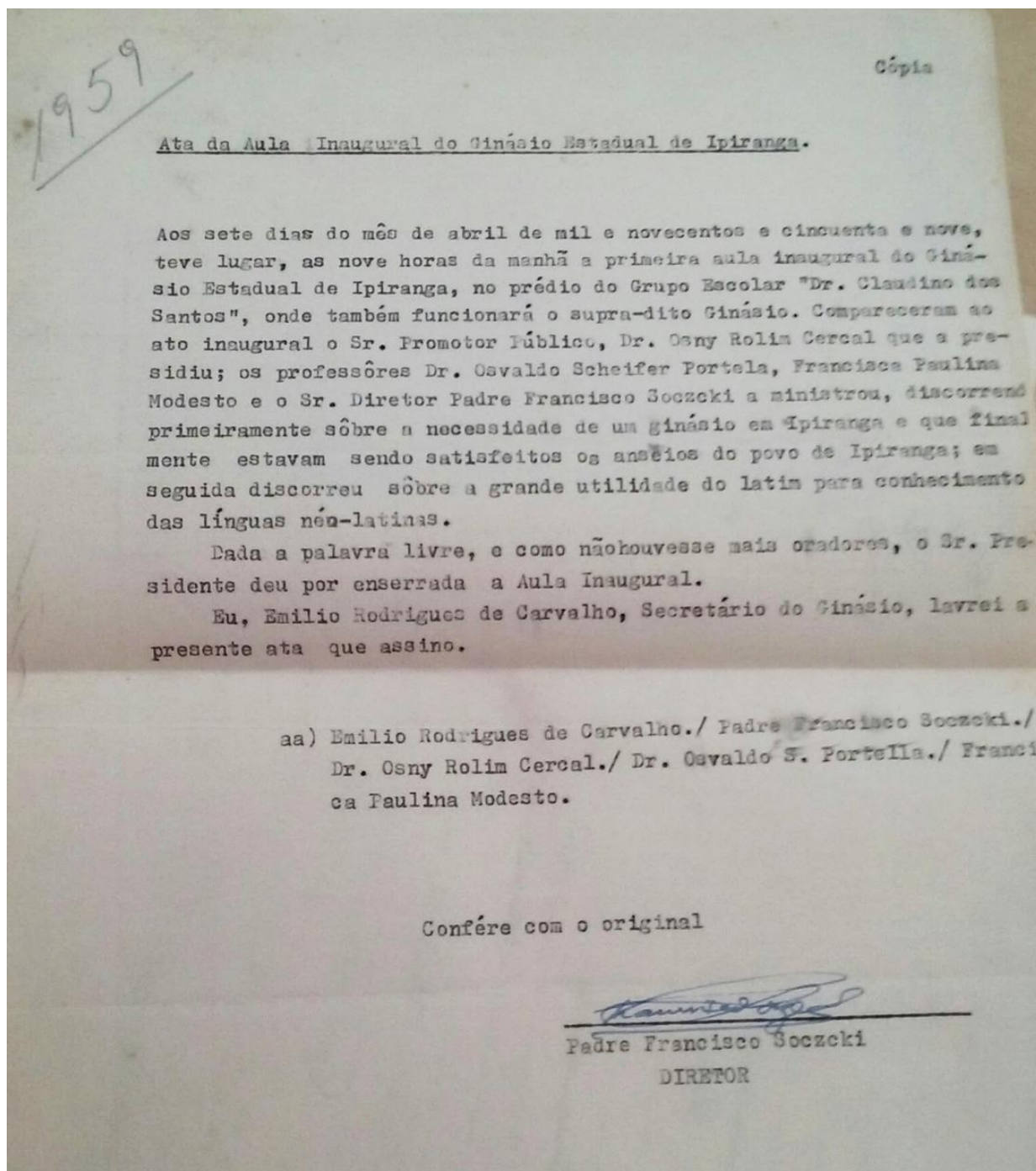
O crescimento da clientela do Grupo acompanhou o desenvolvimento de Ipiranga, que no contexto paranaense de produção da erva-mate, alavancou o aumento populacional, e, com isso, a necessidade de trazer para o município um Ginásio, para dar conta da demanda de alunos no município e da região adjacente.

1.3 IMPLANTAÇÃO DO GINÁSIO NO MUNICÍPIO DE IPIRANGA

O Ginásio de Ipiranga foi criado em 1959, pelo Decreto do Governo do Estado do Paraná, nº. 540, de 23/02/56, iniciando as matrículas no dia 06/04/59 dos alunos da primeira série ginasial diurna, sendo que, ao final do processo, estavam matriculados 29 alunos. Portanto, após esses trâmites legais, foi ministrada a aula inaugural no dia 07 de abril de 1959.

Aos sete dias do mês de abril de mil e novecentos e cinquenta e nove, teve lugar, às nove horas da manhã a primeira aula inaugural do Ginásio Estadual de Ipiranga, no prédio do Grupo Escolar 'Dr. Claudino dos Santos', onde também funcionará o supradito Ginásio. (Ata da Aula Inaugural do Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos, 07/04/1959).

Figura 10 - Ata de Aula Inaugural do Ginásio em 1959

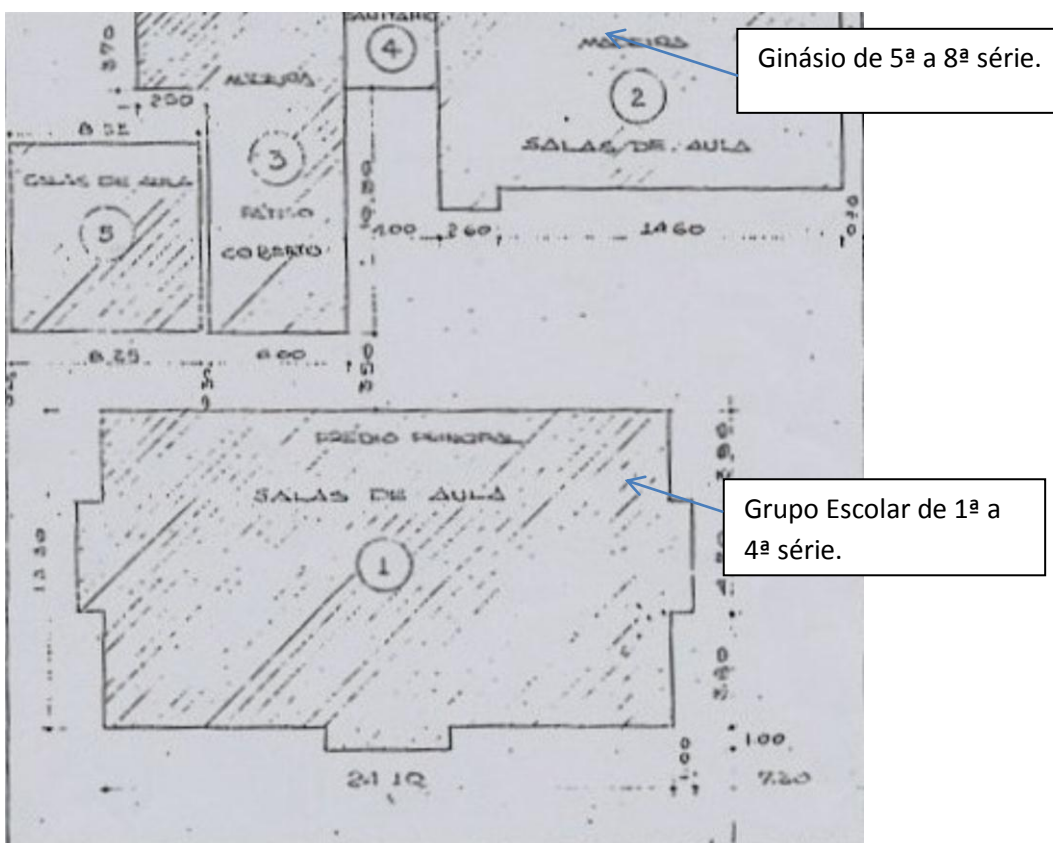


Fonte: Biblioteca do Colégio Estadual Dr. Claudino dos Santos (2018).

O prédio do Grupo Escolar Dr. Claudino, que antes somente atendia de primeira à quarta série, passa a abrigar o ginásio de quinta à oitava série. Funcionando no mesmo local do prédio do Grupo Escolar, porém, anexadas aos fundos as salas de aulas construídas em madeira, para dar conta do número de alunos que vinha aumentando no município.

Nas figuras seguintes, podemos perceber a construção de mais salas de aula, anexadas ao fundo, no mesmo terreno do grupo escolar Claudino.

Figura 11 - Croqui de implantação das salas de aula em 1960



Fonte: Secretaria de Estado da Cultura do Paraná (2007).

O Ginásio de Ipiranga ainda não tinha um local adequado, que separasse o ensino primário do secundário, funcionando de 1960 até 1968 nessas mesmas dependências do prédio do Grupo Dr. Claudino. Somente em 1968, foi criada outra escola, que passou a ser denominada como Ginásio Estadual Robert Francis Kennedy, pelo Decreto nº. 11.483 de 15/08/68, oferecendo o ensino de 5ª a 8ª séries, funcionando em prédio novo, em novo endereço, em espaço próprio e adequado para o seu funcionamento. Assim, o município de Ipiranga atendia a demanda escolar, com o Grupo Escolar Dr. Claudino, que abrigava o ensino primário, e o Ginásio Robert Francis Kennedy, com ensino de 5ª a 8ª série.

No ano de 1986, o prédio do Grupo Dr. Claudino precisava de reformas, pois o espaço já estava totalmente comprometido e, com o aumento da população, o ambiente escolar tornava-se pequeno. O prédio apresentava-se em estado precário,

com madeiras corroídas por cupins e o telhado já bastante estragado, ocasionando goteiras e infiltrações.

Dessa forma, em 1989, o ensino de 1^a a 4^a série passou a ser ministrado para as escolas municipais João Leonel Denck e Anita Taborda Púglia, fechando as portas do prédio que por anos abrigou o ensino primário em Ipiranga. Nesse mesmo ano, o ensino de 5^a série até o Ensino Médio⁶ passou para um novo prédio, que manteve o nome de Colégio Estadual Dr. Claudino dos Santos, em homenagem ao primeiro Grupo Escolar do município, extinguindo o Ginásio Robert Francis Kennedy.

Assim, o antigo prédio, que por anos abrigou o Grupo Escolar encerrou suas atividades, ficando desativado por alguns anos, passando pelo processo de tombamento e restauro, voltando a ser inaugurado como Casa da Cultura em 1993, mantendo o uso de seu espaço para atividades culturais na cidade.

A seguir, iremos compreender as reformas educacionais que ocorreram na educação brasileira.

1.4 AS REFORMAS EDUCACIONAIS E SUAS NORMATIZAÇÕES

No século XIX, o Brasil apresenta um quadro muito peculiar em termos de regime político: colônia portuguesa até 1822; Império de 1822 a 1889; e, finalmente, República de 1889 em diante. Trata-se, portanto, de um período caracterizado por grandes acontecimentos e transformações no plano político e no campo educacional (RIBEIRO; PRADO; MARIANO., 2017, p. 49).

Compreendemos que as políticas educacionais no Brasil foram pautadas por períodos de transformações políticas, entremeadas por embates e discussões, desde o período Imperial, em que o quadro de analfabetismo no Brasil era alarmante, sendo, inclusive, um dos argumentos mais utilizados para a construção de um sistema nacional de educação pública e gratuita, e que passou a ter espaço nos debates políticos e educacionais no período republicano.

Pertinente à questão, a escolarização da população brasileira voltava-se para o direito ao voto, já que, supostamente, um país de analfabetos não teria eleitores aptos para eleger seus representantes e, é nesse contexto, que surgiu a necessidade da construção de grupos escolares como espaços próprios para educar

⁶ Desde 1996, o Ensino Médio no Brasil corresponde ao antigo segundo grau, que equivale à finalização da educação básica, preparando os alunos para o futuro.

a população. Podemos dizer que tal implantação esteve ligada muito mais às questões políticas do que de fato com a preocupação de um ensino de qualidade para a população brasileira.

Assim, a escola começou a ter um espaço próprio, a necessidade de formar cidadãos letrados para poderem trabalhar para o futuro do país e, para exercerem seus direitos e deveres políticos na nova sociedade que estava sendo formada naquele momento, tomando a educação como norteadora de uma comunidade cívica, voltada para a moral e os bons costumes de uma sociedade, com visão para um futuro de progresso, tendo como exemplo os países mais desenvolvidos.

A educação era assim vista como um meio para formar cidadãos civilizados, uma ideologia de ensino sonhada para a sociedade que estava se iniciando com a Primeira República. Dessa maneira, a construção dos ideais republicanos estava se consolidando com o poder da escola em civilizar a população. Uma educação necessária para o progresso e desenvolvimento do país, preparando trabalhadores para o avanço da nação, junto com a industrialização que vinha crescendo no país. Era o momento de transição de um país agrário para um país industrial. “Nesse cenário, a educação passou a ser vista como meio de elevação social, sobretudo pela burguesia industrial em ascensão e pelas camadas médias emergentes”. (RIBEIRO; PRADO; MARIANO, 2017, p. 70).

A ideia republicana era que através da educação primária, o analfabetismo no país seria resolvido, as pessoas poderiam votar e escolher os seus representantes. Essa ideia do poder da escola como fator de mudança social, era para formar um novo homem, articulado com o desenvolvimento industrial, o progresso e a urbanização. Essas premissas demonstram a preocupação da educação na formação de um novo cidadão brasileiro, que estava para se moldar. Assim, “[...] a escola foi, no imaginário republicano, signo da instauração da nova ordem, arma para efetuar o Progresso” (CARVALHO, 1989, p. 7).

Portanto, podemos entender como a educação primária foi influente para propagar os ideais republicanos de um país que estava sendo construído. A educação também deveria instruir os alunos para uma formação cultural mais ética e moral, tendo em vista a religiosidade, o amor pela pátria e pela família. “O ensino teria que estar impregnado em todas as suas instâncias de ‘práticas educativas’ com poder de transmitir aos estudantes formação moral e ética, unificada pela crença em

Deus, na religião, na família e na pátria” (RIBEIRO; PRADO; MARIANO, 2017, p. 124).

Assim, o ensino primário teria a função de preparar os futuros eleitores e o ensino secundário, voltado para a formação de cidadãos aptos para trabalharem em prol do desenvolvimento do país. Dessa forma, alguns manifestos e reformas foram necessários para a educação.

Na voz dos Pioneiros da Educação Nova havia surgido o Manifesto de 1932, gritando pela renovação educacional. [...] E, pode-se afirmar, atingiram o ápice da sua expressão no envolvimento com o processo de elaboração da primeira LDB, na elaboração do Manifesto de 1959 e na Campanha em Defesa da Escola Pública (estatal) que antecedeu a aprovação da Lei n. 4.024/61. O Manifesto de 1959, de certa maneira, dá seqüência ao Manifesto de 1932, o complementa e atualiza, com uma visão histórica mais de vinte anos depois. As rupturas que se fariam com o movimento civil-militar de 1964, atingindo globalmente a sociedade, já se delineavam ao longo dos anos de 1950 (SANFELICE, 2007, p. 545).

Em 1932, o manifesto buscava uma renovação educacional, tendo em vista as transformações sociais e políticas, pelas quais o país estava passando, o que se confirmaria no manifesto de 1959. Também se fazia necessário rever a educação, inovar leis para a formação de cidadãos que viessem a acompanhar o desenvolvimento do país. Assim, a legislação educacional passa a ser crucial para as reformas educacionais, a exemplo da chamada Reforma Capanema, no contexto do governo de Getúlio Vargas.

A Reforma Capanema ou Leis Orgânicas do Ensino tinham como característica peculiar um formato mediante decretos-lei, sob a regência de Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde durante mais de uma década (de 1934 a 1945). [...] A partir de 1942, foram lançados nove decretos-lei intitulados Leis Orgânicas do Ensino, os quais regulamentaram o ensino primário, secundário, industrial, comercial e a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (dos industriários) (SENAI). (RIBEIRO; PRADO; MARIANO, 2017, p. 116).

Na década de 1940, com as Leis Orgânicas foi que o ensino se regulamentou, através da criação do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), na educação secundária, que trouxe aprendizados técnicos para a população, para quem precisasse trabalhar nas indústrias que vinham crescendo no país.

Dessa maneira, podemos perceber uma divisão de classes sociais, onde os filhos das elites conseguiam chegar a uma educação superior, enquanto os demais somente poderiam optar por uma educação no ensino profissionalizante, com vistas a uma profissão para o mercado de trabalho. Vale ressaltar que um dos filtros para o acesso à educação secundária era o próprio exame de admissão, em que muitos não conseguiam atingir o devido preparo ao padrão imposto nos testes educacionais, aos moldes do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro.

Portanto, ainda hoje vemos o quanto esse dualismo educacional torna-se visível em nossa educação. Observamos que muitos alunos não conseguem ingressar em uma universidade, direcionando-se ao ensino profissionalizante, pois o acesso ao nível superior não é viável a todos.

A luta por uma educação de qualidade foi, historicamente, um embate discutido entre intelectuais e políticos, com o envolvimento de diversos aspectos que permeiam a economia do país. Ainda é recorrente na atualidade, depararmos com essa questão, de luta por uma educação de qualidade e gratuita, em que os professores deveriam obter melhores salários, melhores formações e em contrapartida os alunos teriam um ensino de qualidade. Por isso, o movimento em defesa de uma educação renovada, pública e gratuita faz-se ainda necessário. Assim, O Manifesto

[...] era um documento de política educativa em que, mais do que a defesa da Escola Nova, estava em causa a defesa da escola pública. O perigo, representado pela escola pública e gratuita, consistia não apenas no risco de esvaziamento das escolas privadas, mas consistia, sobretudo, no risco de extensão de educação escolarizada a todas as camadas, com evidente ameaça para os privilégios, até então, assegurados às elites. O 'Manifesto', elaborado por Fernando de Azevedo e assinado por vinte e seis educadores brasileiros, líderes do movimento de 'renovação educacional', inicia-se estabelecendo a relação dialética, que deveria existir entre educação e desenvolvimento, colocando esta, numa situação de primazia no que diz respeito aos problemas nacionais (PASINATO, 2011, p. 2).

O Estado deveria servir a população com uma educação pública, laica, gratuita e obrigatória. Mas, o que observamos é que no período ditatorial a tecnocracia foi subsidiada pela reforma universitária de 1968 e pela reforma da educação básica de 1971, imperando uma "lógica economicista", em prol de um suposto futuro do país.

[...] projeto 'Brasil, país do futuro', assentado no processo de modernização autoritária das relações capitalistas de produção, repercutiu, em decorrência das demandas científicas e tecnológicas que a sociedade urbano-industrial exigia, tanto no âmbito da reforma universitária de 1968 quanto na reforma da educação básica que instituiu o sistema nacional de 1º e 2º graus, em 1971. A cronologia dos acontecimentos é reveladora da lógica economicista que presidia os objetivos propugnados pelos governos dos generais-presidentes: primeiramente, os planejamentos econômicos, nos quais estavam estabelecidas as diretrizes que vinculavam organicamente economia e educação, e depois a materialização dessas diretivas no âmbito das reformas educacionais. A sucessão dos fatos seguiu a seguinte linha do tempo: Plano de Ação Econômica do Governo (1964-1966), Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social (1967-1976), Programa Estratégico de Desenvolvimento (1968-1970), Reforma Universitária (1968) e Lei de Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º Graus (1971). Ou seja: no contexto da estratégia de crescimento acelerado e autoritário do capitalismo brasileiro, adotada durante a ditadura militar, a educação seguia a lógica dos interesses econômicos (FERREIRA; BITTAR., 2008, p. 340).

A ideia de progresso, discutida pelos ideais da República, no início do século XX, acentuou-se no período da ditadura militar, ainda que se ressaltem especificidades de contexto. Percebemos a ideia de utilizar-se do ensino nas escolas, formando cidadãos prontos para trabalhar e construir a nação. A educação voltada para produzir e sustentar o slogan: "Brasil, uma 'Grande potência'".

Um dos maiores defeitos da chamada tradição cultural brasileira é o de quase sempre ter encarado a educação como um bem de consumo, muitas vezes até supérfluo, e não como matéria-prima básica de produção. A cultura, nesse sentido tradicional, constituía um complemento refinado ao lazer, e não um instrumento de trabalho (SIMONSEN, 1969, p. 222).

Até porque uma educação que não fosse autoritária poderia trazer riscos para a sociedade brasileira: "A liberdade de ensino seria um risco. A liberdade de ensino sem limitações levaria à desordem e à anarquia da educação" (SANFELICE, 2007, p. 550).

Deseja-se a formação de homens harmoniosamente desenvolvidos, do seu país e do seu tempo, capazes e empreendedores. Com todas essas manifestações, fazia-se, de fato, uma exaltação incontida ao processo civilizatório que as sociedades capitalistas vinham apresentando de maneira a, mais uma vez, colocar o Brasil no nível do seu tempo. A sociedade e os valores a serem construídos não mereciam críticas e era preciso pensar também a educação para o trabalho. Daí um objetivo ainda por se explicitar: a educação pública tem que ser reestruturada de maneira que contribua para com o progresso científico e técnico, para o trabalho produtivo e o desenvolvimento econômico. [...] Os objetivos da escola são agora práticos, mais profissionais, da ciência aplicada e menos da ciência pura e desinteressada. Um ensino de experiência e renovação, para a evolução do homem e de seu universo (SANFELICE, 2007, p. 551-552).

A educação pública deveria continuar formando cidadãos que fossem aptos para trabalhar em prol do desenvolvimento e progresso do país. A educação seria uma maneira de controlar a sociedade mantendo a ideia de construção de um país harmônico aos ideais capitalistas, certamente sem perspectivar a formação de cidadãos críticos.

No que diz respeito exclusivamente à educação, os argumentos do Manifesto de 1959 em defesa da escola pública são basicamente clássicos e continuam importando para cá os ideais das sociedades capitalistas mais avançadas e a lógica burguesa, que atribui ao Estado republicano laico o papel de educar o cidadão trabalhador para a sociedade industrial. (SANFELICE, 2007, p. 554).

As elites atuavam na construção desses ideais, ou seja, por meio de uma lógica educacional burguesa que visava preparar mão de obra para uma sociedade industrial.

Na década de 1960, a educação brasileira passa a ser regulamentada dentro do regime autoritário militar, ainda que sob a égide da LDB de 1961, porém cerceada por medidas em forma de decretos-lei.

[...] a estrutura que vigorou até a década de 1960 foi instituída pelo Estado Novo. No caso da educação básica, decorreu das leis orgânicas constitutivas das chamadas 'reformas Capanema', baixadas pelo ministro da Educação do Estado Novo Gustavo Capanema. Daí decorreu um ensino primário de quatro anos, seguido pelo ensino médio dividido em dois ciclos: o ginasial, com a duração de quatro anos, e o colegial, com a duração de três anos. No caso do ensino superior, a estrutura decorreu do Decreto-Lei n. 1.190, de 4 de abril de 1939, também de iniciativa de Capanema, que estabeleceu a duração de quatro anos para os cursos de bacharelado e licenciatura pela via do 'esquema 3+1'. Essa estrutura geral do ensino primário, médio e superior se manteve mesmo depois de aprovada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 20 de dezembro de 1961. Uma nova estrutura organizacional só veio a ser estabelecida exatamente pelo regime militar (SAVIANI, 2008, p. 301-302).

A legislação educacional do período militar foi marcada por ideias e concepções sobre a educação, pois era necessário reestruturar a escola primária, visando obter a qualidade do ensino que era verificada pelos resultados obtidos ao final do ano letivo. A partir disso, a avaliação e o rendimento escolar eram preocupações de educadores e diretores, que incluíam a ideia de seletividade entre os aptos e inaptos para as séries subsequentes. A reprovação era a única maneira

de superação das dificuldades apresentadas pelo aluno ao longo do ano letivo e, que o impedião de avançar para a série subsequente. Seria uma maneira de selecionar os mais aptos dos inaptos, a prosseguirem ou não nos estudos por meio dos exames de admissão para continuarem os estudos no ginásio.

Na memória da escola brasileira, a escola pública, pelo menos nos primeiros 60 anos do século XX, era tida em alta conta pela sociedade. Em geral, os grupos escolares, os ginásios, cursos de científico e Escola Normal públicos eram estabelecimentos de ensino considerados de excelência, cujas vagas eram disputadas por exames de seleção, e freqüentados por pessoas oriundas das classes média e alta. (VEIGA, 2008, p. 502).

O ensino perpassava pela rigorosidade em selecionar os alunos que estivessem aptos para continuarem seus estudos. Assim, uma pequena clientela conseguia terminar os estudos, e, os demais que não fossem aptos, estariam excluídos do espaço educacional.

Nesse sentido, podemos entender que o cenário educacional durante o regime militar atribuiu à escola um papel de propagar e formar para o chamado progresso do país, não somente através dos conteúdos, mas pelos conhecimentos que foram difundidos na escola em relação aos princípios de valores cívicos e patrióticos, observados nos hábitos e comportamentos dos alunos, mas que foi acentuadamente marcada pelo dualismo e exclusão escolar. Portanto, a escola representou em seu cotidiano algumas práticas que se pautam nos ideais influenciados pelo cenário político daquele momento.

A Lei nº 5.692/71, apresentava mudanças estruturais para o sistema de ensino, como a obrigatoriedade escolar dos 7 aos 14 anos, por meio da integração entre ensino primário e o ginásio, dentre demais aspectos, que irão reconfigurar o sistema escolar, instituindo a escola básica e novos objetivos para a escola pública brasileira.

O cenário educacional que se configurou em 1971 compreende mudanças importantes de ordem estrutural que alteram todo o sistema de ensino, trazendo uma nova concepção denominada “escola básica”. Com a Lei nº 5.692/71, a escola pública começa um sistema integrado de ensino e corresponde de certa forma, ao modelo que atualmente conhecemos e temos como referência.

Um aspecto que mereceu destaque foi a ideia de formação profissional, que permeava em uma proposta para o ensino de 1º e 2º graus, na perspectiva de sondagem de habilidades no nível de ensino do 1º grau, contemplando no 2º grau a formação para o trabalho. Essa ideia de racionalidade técnica estava presente nos princípios norteadores da Lei nº 5.692/71, trazendo uma reestruturação profissionalizante para o ensino brasileiro. A lei trazia em seu artigo 1º que o ensino de 1º e 2º graus tinha “[...] por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania” (BRASIL, 1971).

A implementação da lei não poderia ser feita de maneira imediata, pois não havia estrutura para isso. A própria lei estabelecia que a transição fosse de maneira gradual e de acordo com as necessidades de cada escola. Foi, portanto, que a década de 70 ficou marcada pelas mudanças da Lei 5.692/71, que trazia uma nova configuração do sistema de ensino brasileiro, focando na suposta democratização do ensino. Sua implementação não ocorreu da maneira almejada e os problemas de marginalização se agravaram.

[...] a modificação se fez com a junção do curso primário e do curso ginásial num só curso fundamental de 8 anos. Com isso, eliminou-se um dos pontos de estrangulamento do nosso antigo sistema representado pela passagem do primário ao ginásial, passagem que era feita mediante os chamados exames de admissão. Com a eliminação destes, que era um dos agentes responsáveis pela seletividade, foi eliminado legalmente, em consequência, um instrumento de marginalização de boa parte da população, que concluía o curso primário (ROMANELLI, 2006, p.237).

Vale apontar que Nagle (1977) atenta sobre uma contribuição da Lei nº 5.692/71, que se relaciona com o propósito de organizar o sistema escolar, pela qual perpassa a estruturação dessa lei. O autor afirma que sem essa lei não seria possível pensarmos a educação brasileira vista como um sistema escolar, pois cada nível de ensino era individual e sem relação com os outros níveis escolares. Portanto, com a referida lei, ainda que num contexto autoritário, abrem-se possibilidades de integração no ensino.

[...] a Lei nº 5.692/71 torna solidárias as escolas primária e média e acaba com a existência de ramos da escola média. Ao estabelecer princípios comuns às escolas de 1º e 2º graus – promove a integração do conjunto de

instituições escolares nessa faixa. O novo modelo de relacionamento dessas instituições eliminou a organização por compartimentos estanques, organização dualista que separava, como tem sido repetido, a escola da elite da escola do povo, a educação acadêmica da profissional (NAGLE, 1977, p.18).

As propostas educacionais em relação ao ensino primário e ginásial, que passaram a ser denominados como ensino de 1º grau, tornava obrigatório o ensino entre 7 e 14 anos, trazendo mudanças significativas no cenário da educação brasileira. Essas mudanças são perceptíveis e correspondem ao que Viñao Frago (2007) entende como uma combinação de continuidades e mudanças, que ao mesmo tempo está sendo submetida a influências externas a ela, como a política educacional proposta nas reformas educacionais do período e, também como uma cultura própria que incorpora mudanças políticas, sociais e tecnológicas.

É no momento em que uma nova diretriz redefine as finalidades atribuídas ao esforço coletivo, os antigos valores não são, no entanto, eliminados como que por milagre, as antigas divisões não são apagadas, novas restrições somam-se simplesmente às antigas (JULIA, 2001, p. 23).

Portanto, compreendemos a cultura escolar do contexto ditatorial no Brasil como um produto histórico de constantes mudanças, inclusive externas, produzindo produtos específicos num contexto interno do ambiente escolar. Assim, a cultura escolar é formada e transformada dentro e fora do ambiente escolar, onde mudanças podem ocorrer na rotina da escola, de acordo com as especificidades da relação entre alunos e professores, mas que são permeadas por legislações educacionais que orientam práticas e normatizações escolares.

CAPÍTULO 2 – CULTURA ESCOLAR NO CONTEXTO DA DITADURA MILITAR NO GRUPO ESCOLAR DR. CLAUDINO DOS SANTOS

Neste capítulo serão abordados elementos que compõem a cultura escolar no período da ditadura militar no Grupo Escolar Dr. Claudino e como percebemos essa cultura no cotidiano deste educandário. Foram tratadas, também, questões acerca da hierarquização do ensino no Grupo escolar Dr. Claudino dos Santos, no contexto ora delimitado.

2.1 CONTEXTO EDUCACIONAL NA DITADURA MILITAR

O regime militar para o campo educacional apresentou-se intervencionista, implantando reformas em todos os níveis de ensino. Entre as principais mudanças para o presente estudo, destacamos a Lei nº 5.692/71, implementada num contexto marcado por fortes repressões e privações das liberdades políticas adotadas pelo Ato Institucional nº 5 (AI-5). Dessa forma, a escola também sofreu influências e repercussões desse período histórico.

A Lei nº 5.692/71, conforme tratado no capítulo anterior, trouxe mudanças e inovações nos níveis de ensino que compõem o sistema educacional brasileiro. Essa nova perspectiva política previa a adequação da escola para atender as necessidades do mercado, promovendo, um suposto desenvolvimento econômico. De certa forma, a Lei 5.692/71 não significou uma ruptura completa com a Lei 4.024/61, pois cada uma delas refletiu seus princípios e ideologias nos períodos em que foram elaboradas, porém, evidenciando a incorporação de determinações para a racionalização do trabalho escolar e adoção do ensino profissionalizante no 2º grau. A principal mudança instituída pela Lei nº 5.692/71, foi na estrutura do ensino que ampliou a obrigatoriedade escolar para oito anos, entre as faixas etárias de 7 a 14 anos, transformando o ensino primário e ginásial num único nível de ensino, chamado de 1º grau.

É fundamental compreendermos que o período da ditadura militar trouxe muitas mudanças na ordem política do país e, na organização da estrutura escolar, acentuando a privatização do ensino e a exclusão escolar.

O período ditatorial, ao longo de duas décadas que serviram de palco para o revezamento de cinco generais na Presidência da República, se pautou em termos educacionais pela repressão, privatização de ensino, exclusão de boa parcela das classes populares do ensino elementar de boa qualidade, institucionalização do ensino profissionalizante, tecnicismo pedagógico e desmobilização do magistério através de abundante e confusa legislação educacional (GHIRALDELLI JÚNIOR., 1991, p. 163).

Segundo Romanelli (2006), a educação passa a ser vista, numa perspectiva política, como propulsora de fatores econômicos para o desenvolvimento, repercutindo massivamente a partir de 1968, ano de muitas reivindicações no campo educacional, político e econômico. Portanto, percebemos dois momentos diferentes de mudanças no sistema da educação brasileira, o primeiro momento:

[...] corresponde àquele em que se implantou o regime e se traçou a política de recuperação econômica. Ao lado da contenção e da repressão, que bem caracterizaram essa fase, constatou-se uma aceleração do ritmo do crescimento da demanda social de educação, o que provocou, conseqüentemente, um agravamento da crise do sistema educacional, crise que já vinha de longe (...) [o segundo momento] começou com as medidas práticas, a curto prazo, tomadas pelo Governo, para enfrentar a crise, momento que consubstanciou, depois do delineamento de uma política de educação que já não via apenas na urgência de se resolverem problemas imediatos, ditados pela crise, o motivo único para reformar o sistema educacional. Mais do que isso, o regime percebeu, daí pra frente, entre outros motivos, por influência da assistência técnica dada pela USAID, a necessidade de se adotarem, em definitivo, as medidas para adequar o sistema educacional ao modelo do desenvolvimento econômico que então se intensificava no Brasil (ROMANELLI, 2006, p. 196).

Dessa maneira, o ensino tornava-se cada vez mais voltado para o desenvolvimento da economia, visando o almejado progresso do país.

As décadas de 60 a 80 configuram um cenário de muitas transformações e inovações em relação à instituição escolar, tanto no que se refere à elaboração de uma política educacional, como às teorias e metodologias voltadas para o ensino. A questão da ordem e da disciplina perpassava pelo universo interno da escola, deixando marcas na formação de uma determinada cultura escolar.

Observamos que alguns aspectos nos revelam traços do cotidiano escolar, onde a ideia de ordem e disciplina se apresenta diretamente à função de educar. O cotidiano escolar ocorre pela estrutura de acontecimentos no interior das instituições escolares. Esses elementos que contemplam o cenário interno da escola apresentam rituais e práticas que podem oferecer uma delimitação da cultura escolar. Dessa forma, a consulta à documentação escolar nos trouxe possibilidades

de análise do dia a dia do Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos, suas práticas e relações observadas no cotidiano escolar que se inter-relacionam com a sociedade, por meio de hábitos e costumes.

Para Rosa Fátima de Souza (2000), através de rituais e práticas são disseminadas concepções relacionadas à cidadania e amor à pátria. Esses rituais e práticas são concebidos e aprendidos na escola.

Para que a escola pudesse cumprir sua finalidade precípua de formação da nacionalidade, finalidade reatualizada constantemente e implícita em todos os objetivos educacionais declarados de formação para a cidadania, concorreram não somente as matérias dos programas (os conteúdos explícitos), mas, principalmente, um conjunto de práticas simbólicas. Atividades como o orfeão infantil, o grupo de escoteiros, o hasteamento da bandeira, o culto ao pavilhão nacional, as festas e comemorações cívicas, os desfiles, as sessões literárias, a instituição do altar da pátria, os grêmios cívicos e desportivos, entre tantas outras contribuíram para disseminar idéias, sentimentos, saberes e valores imprescindíveis para a constituição da nacionalidade: a aprendizagem da língua, o respeito aos símbolos nacionais, o sentimento de patriotismo a legitimação do imaginário sócio-político, o cultivo da memória nacional (SOUZA, 2000, p.232).

A disciplina de Educação Moral e Cívica atuou significativamente no cenário de educação do contexto ditatorial no Brasil. Essa disciplina estabelece um caminho para práticas de um projeto que envolve a convivência social e o patriotismo, sendo disseminado pelo ensino escolar: “[...] a EMC fez parte da educação brasileira desde a Primeira República, e que ao longo do tempo, foi compreendida como prática educativa que deveria se manifestar no meio escolar como um todo” (CORDEIRO, 2010, p.22).

O espírito cívico, imposto pelo Decreto-lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, visava à inclusão de Moral e Cívica como disciplina obrigatória nas escolas de todos os graus e modalidades dos sistemas de ensino no país. A intenção era inserir suas finalidades em todas as atividades escolares, inclusive no que diz respeito ao desenvolvimento dos atos cívicos, valorizados na prática educativa. As relações entre os valores humanos considerados superiores e a educação permitiriam que os cidadãos fossem integrados na sociedade, dela participantes como produtos culturais, como ilustrações no culto à nação, na identificação com a família e na dignidade do trabalho. A educação moral e cívica permaneceu no currículo oficial como disciplina escolar e prática educativa em todos os níveis de ensino por 24 anos, até 1993, quando foi revogada pela Lei nº 8.663. O propósito de inclusão da Educação Moral e Cívica seria, sinteticamente, a incorporação de seus ideais à sociedade, perpassando gerações, e isso deveria realizar-se como o próprio saber. A finalidade da Educação Moral e Cívica seria, preparar o homem para a vida, e, sobretudo, formar o cidadão para a sociedade, de acordo com as proposições do decreto que a criou. ‘Referir-

se à formação do cidadão será admitir não ser possível realizá-la sem enfatizar a formação moral e cívica do educando para servir à sociedade e à família; sobressairão às atividades cívicas que – centradas no culto à nação – têm origem na valorização do caráter nacional’ (IBRASA, 1982, p. 43-44).

Verificando a documentação analisada, percebemos o cultivo dos ideais patrióticos e civis que são representados por práticas, como o culto à Bandeira e ao Hino Nacional que são apresentados como um ritual importante e que faz parte do cotidiano das escolas, pois era realizado semanalmente, além das datas comemorativas. Esses rituais representam o papel da escola, pois fazem parte da criação de uma consciência cívica, demonstram a função patriótica e pedagógica das práticas escolares.

Os rituais escolares são elementos extremamente importantes para a delimitação desse universo interno da escola, principalmente por possibilitar o entendimento e diálogo estabelecido entre a instituição e a sociedade em geral, na medida em que tais rituais e práticas são frutos de uma cultura própria da escola, mas que se relacionam intrinsecamente a aspectos externos a ela. Dentre essas atividades, poderíamos destacar o grande envolvimento das escolas pesquisadas com festas e demais formas de arrecadação de recursos para as escolas. Este é um elemento interessante, principalmente por fazer parte dessa estrutura organizacional e, aliás, auxiliar a organização, pois os recursos arrecadados são, efetivamente, convertidos para as próprias escolas. Além disso, o próprio significado atribuído a essas ações, passam a compor, indubitavelmente, o cotidiano e as práticas escolares (GIBELLO, 2010, p.123).

A realidade da escola pública, engendrada pelas políticas educacionais, da ditadura militar, foi permeada por uma queda na qualidade de ensino, significando uma massificação da educação.

A partir dessas premissas, podemos compreender que a política educacional do período militar se inseriu aos princípios e interesses governamentais, voltado para a formação de cidadãos capacitados e aptos para servir a nação, porém sem questionar as ações impostas por meio de decretos e repressões. No entanto, o conhecimento pode abrir portas para um pensamento livre e crítico, buscando novas ideias, novas concepções, o que o torna tão perigoso para um governo autoritário, que impõe e limita a capacidade de pensamento e de expressão dos cidadãos para o futuro.

A corrupção, o poder, a autoridade nas mãos de poucos e a desigualdade social e educacional vivenciada por muitos são questões que nos fazem pensar e analisar sobre a necessidade de educação de qualidade para todos, sendo um

direito do cidadão e um dever do Estado. Porém, no contexto ora estudado, à educação caberia seguir normas e regras, onde os professores não podiam expor ou discutir seus pensamentos com os alunos, pois, sendo contrários a essas regras, estariam sendo alvo dos poderes superiores, podendo até perder o emprego por esses motivos. Realidade que nos persegue há anos, herança de uma ditadura militar que perdurou por vinte e um anos em nosso país.

Segundo Ferreira e Bittar (2006), podemos entender como foi o impacto da ditadura militar na educação brasileira.

[...] o impacto da ditadura na educação brasileira, notadamente na escola pública, a mais atingida pelo autoritarismo. Foi ela também a mais sujeita à ideologia tecnocrática subjacente às políticas educacionais emanadas pelo Estado a partir da destituição do presidente João Goulart e da derrocada do nacional populismo, desfecho traumático do processo que se desenrolava desde 1930. A política educacional do regime militar abrangeu, ao longo dos seus vinte e um anos de duração, todos os níveis de ensino, alterando a sua fisionomia e provocando mudanças, algumas das quais visivelmente presentes no panorama atual. Pautado pela repressão, o Estado editou políticas e práticas que, em linhas gerais, redundaram no tecnicismo; na expansão quantitativa da escola pública de 1º e 2º graus às custas do rebaixamento da sua qualidade; no cerceamento e controle das atividades acadêmicas no interior das universidades; e na expansão da iniciativa privada no ensino superior. Reexaminando o conjunto dessas políticas, podemos afirmar que a educação, tal como ocorrera na ditadura Vargas (1937-1945), porém, em maior escala, foi totalmente instrumentalizada como aparelho ideológico de Estado. Sob uma ditadura que perseguiu, prendeu, torturou e matou opositores, a escola foi um dos meios mais eficazes de difusão da ideologia que respaldou o regime militar. Entre os vários aspectos que marcaram a educação brasileira nesse período, abordaremos aqui o impacto da política educacional do regime militar (1964-1985) sobre a categoria dos professores públicos estaduais, realçando dois aspectos que, interligados, determinaram uma transformação radical na sua trajetória e composição: a) o seu crescimento numérico; b) o arrocho salarial a que foi submetida durante toda a vigência da ditadura (FERREIRA; BITTAR, 2006, p. 1161).

Muitos dos aspectos associados à educação, vistos desde a Primeira República, mas acentuados no período da ditadura militar, possibilitaram compreendermos o contexto local vivenciado pela sociedade ipiranguense, ou seja, esses ideais e pensamentos autoritários também perpassou o cotidiano do grupo escolar de Ipiranga.

Em 1961, João Goulart, conhecido como “Jango”, assume o poder através de suas reformas de base, que previam a extensão do direito de voto aos analfabetos e aos militares de baixa patente. Nesse momento, a UNE (União

Nacional dos Estudantes), constituiu-se em um movimento significativo enquanto organização estudantil que buscava garantir direitos educacionais.

[...] 1965 foi o ano em que se aplicaram com maior efetividade os principais pontos presentes na Lei Suplicy de Lacerda – nº 4.464, de 09 de novembro de 1964 –, e que mobilizou uma parcela significativa do movimento estudantil (ME). Neste caso o que se observa é que a Lei Suplicy de Lacerda afetou diretamente a organização do ME e cerceou a autonomia das entidades estudantis e da União Nacional dos Estudantes (UNE), que passara à ilegalidade desde as primeiras horas do golpe de 1º de abril. (BICUDO, 2017, p. 194)⁷.

Em meio ao “progresso” almejado para o país, registrava-se, também, uma defasagem na qualidade de ensino pelo elevado índice de analfabetismo.

Reconhece-se que houve iniciativas, mas isoladas e regionais. Isso torna possível reiterar as marcas do Manifesto de 32: educação democrática, escola democrática e progressista, liberdade de pensamento e igualdade de oportunidades para todos. Conclui-se: a sociedade projetada na visão antecipatória do Manifesto de 1932 ainda não se materializara totalmente nos anos 50 do século XX, mas os anos JK, como se diz hoje, numa referência ao governo do presidente Juscelino Kubitschek, faziam alguma diferença. A nova capital, Brasília, estava prestes a ser inaugurada e a construção do capitalismo industrial associado e/ou dependente, sob a vigilante ‘ajuda’ norte-americana, desde o término da Segunda Guerra Mundial, avançava com certa solidez. Daí a urgência: o que não foi feito, na educação, precisava ser feito imediatamente. Faz-se mais uma vez o rol, sempre reiterado, das mazelas educacionais: má organização do ensino; organização arcaica, antiquada e deficiente; ensino primário ministrado em dois, três e quatro turnos, reduzido a pouco mais do que nada; escolas técnicas em pequeno número e nível secundário desqualificado; problemas graves na rede física das escolas; professorado de nível primário e médio, geralmente mal preparado cultural e pedagogicamente, na grande maioria leiga e com salários não condizentes; proliferação desordenada e eleitoreira de escolas superiores e particulares (faculdades de filosofia); mais de 50% da população geral analfabeta e menos da metade da população escolar (7 a 14 anos) matriculada (5.700 milhões para um total de 12 milhões). Uma visão realista condizente. O futuro havia chegado, mas não para todos ou para todas as instituições sociais (SANFELICE, 2007, p. 547).

⁷ O novo regime político organizado em abril de 1964 tinha no movimento estudantil um forte elemento de antagonismo, motivo pelo qual o governo procurou substituir as entidades estudantis existentes, regidas pelo Decreto Café Filho, de 1955, por outras, controladas direta ou indiretamente pelo Ministério da Educação. O instrumento legal dessa tentativa de controle foi a Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964, conhecida como Lei Suplicy, devido ao nome do ministro da Educação que a patrocinou, Flávio Suplicy de Lacerda. A lei determinava que os diretórios acadêmicos (DAs) continuariam tendo existência obrigatória nos estabelecimentos de ensino superior. Fonte: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/lei-suplicy>. Acesso: 23 nov. 2019.

Com a ditadura militar instalada no país, algumas mudanças ocorreram na educação sob a égide da racionalidade tecnocrática e do slogan “Brasil Grande Potência”.

[...] o regime militar implementou as reformas educacionais de 1968, a Lei n. 5.540, que reformou a universidade, e a de 1971, a Lei n. 5.692, que estabeleceu o sistema nacional de 1º e 2º graus, pois ambas tinham com escopo estabelecer uma ligação orgânica entre o aumento da eficiência produtiva do trabalho e a modernização autoritária das relações capitalistas de produção. Ou seja, a educação no âmbito do regime militar foi concebida como um instrumento a serviço da racionalidade tecnocrática, com o objetivo de se viabilizar o slogan ‘Brasil Grande Potência’ (FERREIRA; BITTAR, 2008, p. 335).

No regime militar, a educação deveria estar voltada a servir os desígnios da nação. Certamente que a preocupação não estava ligada à busca pelo conhecimento, mas sim como uma forma de doutrinar a população, onde esta serviria para a produção de trabalho, para o crescimento econômico da nação.

No governo do general Emílio Garrastazu Médici ficaram evidentes os direcionamentos ditatoriais na educação do povo de Ipiranga, conforme teor da ata de aula inaugural do ano de 1972, em que foi discursado sobre o projeto do presidente Médici na construção da rodovia Transamazônica, que seria o progresso para a região nordeste. (Ata da Aula Inaugural do Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos, 01/02/1972), conforme consta nas figuras 12 e 13:

Figura 12 - Ata de Aula Inaugural de 1972

Ata da aula inaugural do ano letivo de 1972.
 No primeiro dia do mês de fevereiro de mil nove-
 centos e setenta e dois, numa das salas do Esta-
 belecimento, às 9,00 horas, com a presença da
 Sra. Dileta Lucete Alibi, das professoras: Silvano Abate, Amivaldo Eugato, Amivaldo Louzanni, Maria de Lourdes Rodrigues, Maria da Conceição Eli Suk, Francisca Tom-
 ma e Modesto Tague, Leonie Colite Tarcacum Lima, nosso digno prefeito municipal, Dr. Nelson e Baccio, Irina Flaneta, Sr. Julio Tague e sua esposa Maria Penelope Tague e alunos deste estabelecimento; foi mi-
 nistrada uma sessão sobre essa aula inaugural,
 versando sobre a Transamazônica. A professora
 Lima apresentou esse tema de uma ma-
 neira simples e compreensiva por todos.
 Também sobre o projeto que o nosso Presi-
 dente Emílio Garrastazu Médici, para a
 construção da Rodovia Transamazônica.

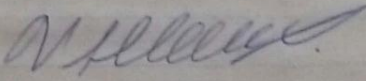
Fonte: Biblioteca do Colégio Estadual Dr. Claudino dos Santos (2018).

Figura 13 - Ata de Aula Inaugural de 1972

Falou sobre os problemas que esta sociedade tem
 para o Nordeste. Apesar de muitos problemas
 que o governo enfrentaria, ele tem feito o pos-
 sível para que sejam eliminadas as causas
 e passe a uma sociedade tornando para o
 Nordeste um grande progresso.

Depois houve ^{relato} de parte e tema pela professora
 Líana, houve uma pergunta feita pela profes-
 sora sobre de Lander, sobre os indígenas do
 Amazonas, se ainda existissem indígenas por lá
 ou não. Foi explicado satisfatoriamente
 sobre os indígenas e, mais mais ha-
 vendo a constar em
 larui a presente ata que aqui assina-
 da por mim e pelos demais presentes.

Aracaju, 1º de fevereiro de 1972
 Helte Alb. Diretora.


 Julier S. Tagu
 Liane Edite Tagu
 Inez de Almeida
 Inês de Almeida
 Maria de Lourdes Rodrigues
 Francisca P.M. Tagu
 Arnaldo Aragão
 Leoni Tagu
 Arnaldo Tagu

* A continuação foi ministrada e aula inaugural
 pela professora Líana Edite Mariani de Lima que
 discorreu sobre "Língua, mazonica"
 Helte Alb.
 Diretora.

Observamos que o autoritarismo se propagava pela ideia de uma educação voltada para o progresso da nação e pelo desenvolvimento do país. O contrário desse pensamento autoritário não deveria ser questionado, somente abafado ou desviado. E, era com esse pensamento que se embasavam as reformas educacionais do regime militar.

Dessa forma, as reformas estavam mais voltadas para a ideia de desenvolvimento capitalista do que propriamente o desenvolvimento humano. Para tanto, era necessária uma educação tecnicista, formando cidadãos aptos para trabalhar, tão somente para o visado progresso industrial do país. Sobre isso, em Ipiranga, observamos o seguinte discurso de um professor em ata de 1974:

[...] três vultos da nossa história, três grandes homens: Mal. Castello Branco; Costa e Silva; Emílio Garrastazu Médici, que procuravam após Revolução de 31 de março de 1964, dar ao nosso Brasil, maior impulso ao seu crescimento, criando diversos órgãos, modificando muita coisa que ainda estava errada, para que não viéssemos sofrer solução de continuidade. Encerrando, o Sr. Professor concitou os alunos a terem consciência daquilo que estão fazendo, procurando dar um pouco de si para o engrandecimento de nossa Pátria, para que num futuro bem próximo, possamos contar com eles, na continuidade de nossa Democracia. (Ata da Aula Inaugural do Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos, 04/03/1974).

Figura 14 - Ata de Aula Inaugural de 1974

cartas, as que o acompanhavam, assistiu com espanto a uma cena extraordinária. num gesto fulminante o auctor do S. Pedro, arranca do chapéu o laço português, desembainha a espada e exclama num arroubo de entusiasmo... Independência ou Morte. Estava pois proclamada nossa Independência. Mas apesar do gesto nobre de S. Pedro, alguns brasileiros não estavam satisfeitos, começando a aparecer novas ideias, dentre elas a de República que vem se concretizar em 15 de novembro de 1889, tendo a frente o General Deodoro da Fonseca. Onde prosseguimento à aula, citou três grandes vultos de nossa história, três grandes homens, Dom Castulo Branco, Costa e Silva e Amílcar Garrastazu Médici, que procuraram após a Revolução de 31 de março de 1964, dar ao nosso Brasil, maior impulso ao seu crescimento, criando diversas organizações, modificando muita coisa que ainda estava estagnada, para que não viessemos sofrer a situação de continuidade. Encerrando, o Sr. Professor convidou os alunos a terem consciência daquilo que estão fazendo, procurando dar um pouco de si para o engrandecimento de nossa Pátria, para que num futuro bem próximo, possamos contar com eles, na continuidade de nossa Democracia. Agradecer a atenção de todos e recebeu muitos aplausos de todos os alunos e professores que se congratularam com ele pelo início da aula tão interessante que acabaram de assistir. Para constar, eu, Gláucia Aparecida Dinck Bramontin, secretária, lavei a presente ata que vai assinada por todos os presentes.

Spiranga, 4 de março de 1974
 Gláucia Aparecida Dinck Bramontin - Secretária

Fonte: Biblioteca do Colégio Estadual Dr. Claudino dos Santos (2018).

Nessa ata, o professor em questão proferiu um discurso voltado para a educação nos moldes ditatoriais, regida por um sistema repleto de regras e ordens, um discurso focado em “grandes homens e seus feitos para a nação”. Demonstrando a preocupação com a nação, mas com convicção de que esses

“homens” iriam salvar o Brasil do Golpe, voltando à democracia. O professor ainda faz um apelo aos alunos, para que estes dessem continuidade para um país mais “democrático”.

Observamos que a mobilização dos professores no Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos focava-se em uma educação voltada para Deus, Pátria e Família. Da mesma forma, mostrava a preocupação com o desenvolvimento do país, com a agricultura, com a poluição, a extinção das florestas, os indígenas da Amazônia, e tantos outros assuntos que permeiam a consulta às fontes. Sobre a produção e o aumento do capital no país, outra professora comenta: “mãe Terra, agricultura e seu desenvolvimento” (Ata de Aula Inaugural do Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos, 01/03/1967), colocando para os alunos se interessarem pela mãe Terra, para conhecê-la e trabalhar mais pelo desenvolvimento da agricultura, que é o que sustenta o Brasil.

Figura 15 - Ata de Aula Inaugural de 1967

Ata da Aula Inaugural do ano Letivo de 1967.
 No primeiro dia do mês de Março de 1967, nasceram
 e sessenta e sete, às 2.00 horas numa das salas do
 Ginásio, teve lugar a Aula Inaugural, referente
 ao ano letivo corrente, que foi presidida pela pro-
 fessora Lili Costa Karwowski, em substituição ao pro-
 fessor Manoel Antonio Moreira Junior, designado pa-
 ra tal encargo, em ausência do corpo docente, e
 se encontrava ausente por motivo justificado. In-
 ciando a sessão, o Sr. Director, Othello Chiffre Pe-
 reira, convidou os presentes para entoarem o Hino
 Nacional, sendo a qual, a professora Lili Costa Ka-
 rowski foi convidada para ministrar a Aula Inau-
 gural que versou sobre o seguinte tema: "Agricultura
 e seu desenvolvimento, cujo resumo
 da Aula, transcreve-se aqui, integralmente como
 me foi possível: Referiu-se aos homens no início do
 mundo, como viviam, a dificuldade que havia entre
 os e os animais, porque, andavam sobre os pés, como
 se vestiam e se alimentavam; referiu-se à caça
 como elemento de sobrevivência do homem antigo e,
 acontecendo ela rarear e não se contentando apenas
 só com os frutos e raízes, começou a distinguir os
 vegetais alimentícios e a plantá-los. Era o princípio da
 Agricultura. Referiu-se aos egípcios e babilônios que
 já plantavam: trigo, milho, cevada, figueiras, tamarizais
 que eles já conheciam os meios de fertilizar a terra
 e os instrumentos de plantio como a enxada e o
 arado puxado por bois. Passando pelos gregos e romanos
 que sabiam corrigir os defeitos do solo, com barragens,
 açudes, canais, formando uma perfeita irrigação
 dos campos, e que cultivavam todos os cereais. Re-
 feriu-se ao tempo do Feudalismo, quando os senhores

Fonte: Biblioteca do Colégio Estadual Dr. Claudino dos Santos (2018).

Tais posicionamentos podem corresponder à visão que muitos professores tinham do governo na época da ditadura militar, uns tinham suas falas voltadas em favor dessa educação mais rígida e tecnicista, outros nem tão favoráveis ao crescimento e desenvolvimento, comentando que esses fatores atacavam o ecossistema com a poluição e devastação de florestas e povos indígenas. A inquietação de alguns, com a repressão do regime militar fez com que muitos se calassem, ou de certa forma, fossem simpatizantes com as ordens estabelecidas pelo governo.

Na leitura das atas, notamos que o silenciamento de posições contrárias pode significar uma forma de não se descrever pensamentos diferenciados e, que por questões morais, não iriam aparecer nas atas, para não haver problemas para a escola e todo o corpo docente.

Percebemos que muitos dos ideais republicanos desde as primeiras décadas do século XX, com o processo de implantação dos grupos escolares, estiveram presentes nas atas, bem como no discurso educacional da época do regime militar. No entanto, os ideais impostos pelo regime militar, refletem uma herança autoritária, baseada em princípios e valores republicanos, direcionando os cidadãos a amarem e respeitarem sua pátria, porém, sem necessariamente abordar ou problematizar o que seria, essencialmente, tal consciência sobre o patriotismo que se estava almejando, o que, por certo, incidiu na formação de uma cultura escolar do Grupo Dr. Claudino dos Santos.

2.2 PROGRESSO E PATRIOTISMO NO GRUPO ESCOLAR DR. CLAUDINO DOS SANTOS: INCULCAÇÕES DE UMA CULTURA ESCOLAR

O conceito de cultura escolar é fundamental para entendermos o universo intramuros da escola, ao apresentar uma análise próxima da realidade. Dessa maneira, compreendemos as diferenças entre o que se pretende e o que se executa, entre intenções, interpretações e o que se distorce das práticas que apresentam o dia a dia da escola. Quando buscamos analisar a cultura escolar, devemos entender a inculcação dessa cultura, como conjunto de normas e práticas, que se relacionam com o universo interno do Grupo Escolar, e aos hábitos e atitudes que se aprendem e são disseminados nos pátios escolares e salas de aula.

O espaço escolar torna-se, logo, no seu desenvolvimento interno, um espaço segmentado no qual o ocultamento e o aprisionamento lutam com a visibilidade, a abertura e a transparência. A racionalização burocrática – divisão do tempo e dos trabalhos escolares – e a gestão racional do espaço coletivo e individual fazem parte da escola um lugar em que adquirem importância especial a localização e a posição, o deslocamento e o encontro dos corpos, logo como o ritual e o simbólico. Numa instituição segmentada, parcelada, a vigilância e o controle – a coordenação – só são possíveis mediante a comunicação, a existência de órgãos colegiados, a visibilidade espacial, os elementos simbólicos unificadores ou a ritualização das principais atividades que acontecem nela (VIÑAO FRAGO, 2007, p. 80).

Escolano (2001) ressalta sobre o uso dos espaços escolares, visto também, como disseminador da cultura escolar, como os muros e as paredes da instituição escolar que recebem cartazes, símbolos religiosos, temas políticos, trabalhos de conscientização no tocante aos cuidados com a natureza e os animais. A utilização desse espaço como recurso didático, torna-o um elemento que faz parte do currículo escolar, da mesma forma que o relógio na parede controla o tempo, dando uma nova percepção dessa temporalidade na escola, que também vem fazer parte da cultura escolar.

[...] o relógio incorporado ao edifício-escola é um organizador da vida da comunidade e também da vida da infância. Ele marca as horas de entrada na escola e de saída dela, os tempos de recreio e todos os momentos da vida da instituição. A ordem temporal se une, assim, à do espaço para regular a organização acadêmica e para pautar as coordenadas básicas das primeiras aprendizagens (ESCOLANO, 2001, p. 44).

Dessa forma, compreendemos que o tempo, a ordem e a disciplina deveriam ser incorporados nos currículos escolares, demonstrando que os alunos cumpriam o seu papel cívico com a nação. Assim, a cultura escolar que se institui no Grupo Dr. Claudino acaba sendo como um vetor de transmissão de conhecimentos que deveriam ser repassados na formação dos alunos com vistas a uma sociedade de progresso.

Para as pesquisas documentais escolares, cada registro em atas configura-se, como possibilidades de análise das fontes. Dessa maneira, conseguimos compreender como foi o processo educacional em que disciplinas, regras, normas, enfim, o cotidiano que constituíam o ambiente escolar, bem como seu funcionamento interno e externo, naquele período.

Assim, entendemos que as relações sociais se estabelecem entre os indivíduos que frequentam o mesmo espaço, e como isso, inculca em uma cultura escolar particular de cada grupo.

Seria conveniente, em cada um dos países que representamos, fazer uma coleta similar de documentos idênticos, perguntando-nos a cada vez sobre a representatividade que lhes podemos atribuir. Sem dúvida, não devemos exagerar o silêncio dos arquivos escolares. O historiador sabe fazer flechas com qualquer madeira: quanto ao século XIX, por pouco que procure e que se esforce em reuni-los, os cadernos de notas tomadas pelos alunos (mesmo sendo grande o risco de se verem conservados apenas os mais bonitos deles) e os cadernos de preparações dos educadores, não são escassos e, na falta destes, pode-se tentar reconstituir, indiretamente, as práticas escolares a partir das normas ditadas nos programas oficiais ou nos artigos das revistas pedagógicas (JULIA, 2001, p. 16).

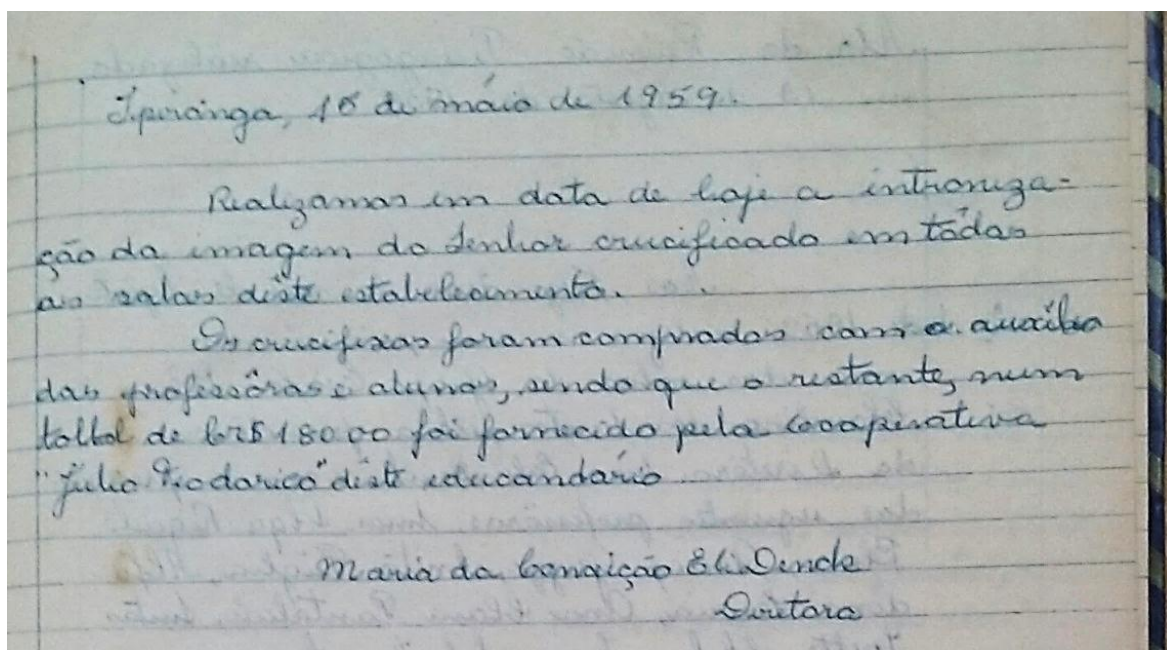
Os documentos pesquisados apontaram para especificidades temporal e espacial, onde se estabeleciam regras e condutas, por meio de atividades e práticas escolares. Os limites entre as representações e as práticas, como os hábitos, costumes, saberes pedagógicos, rituais escolares, regras e demais elementos, constituem o cotidiano escolar, e podem nos indicar uma delimitação de ideais, que perpassaram no universo interno da escola, e como foram apropriadas ou transformadas. Dessa forma, podemos afirmar que:

[...] em relação a um discurso pedagógico da época, houve uma ampla difusão dessas concepções e, inclusive, uma grande tentativa por parte dos diretores e inspetores escolares para que tais disposições fizessem parte das práticas e do próprio cotidiano da escola. Todavia, esse discurso convivia com práticas – ao que parece – também amplamente difundidas junto aos professores, mas que nem sempre correspondiam aos ideais propostos, como a questão dos castigos físicos, por exemplo, ou ainda o próprio processo avaliativo – pois ainda que tenham sofrido algumas alterações, percebe-se uma justaposição de concepções, principalmente no que diz respeito à avaliação e ao rendimento escolar. Essa justaposição de ideais e práticas nos possibilita perceber a coexistência de métodos, práticas, estratégias e concepções que foram transformadas – por vezes para satisfazer questões institucionais – e que recebiam valores e significados distintos do que corresponderia aos ideais propostos originalmente para o ensino primário (GIBELLO, 2010, p.145).

Uma das preocupações, recorrentemente registradas nas atas escolares do grupo pesquisado, diz respeito ao patriotismo e evidencia a relação entre educação e a religião no ambiente escolar, como o ato da compra de crucifixos a serem colocados em todas as salas de aula, remetendo à simbologia própria do

catolicismo. “Realizamos em data de hoje a entronização da imagem do Senhor crucificado em todas as salas deste estabelecimento”. (Ata de Reunião Pedagógica do Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos, 15/05/1959). Vale ressaltar que o ensino de religião era uma disciplina constante no currículo escolar do Grupo Dr. Claudino.

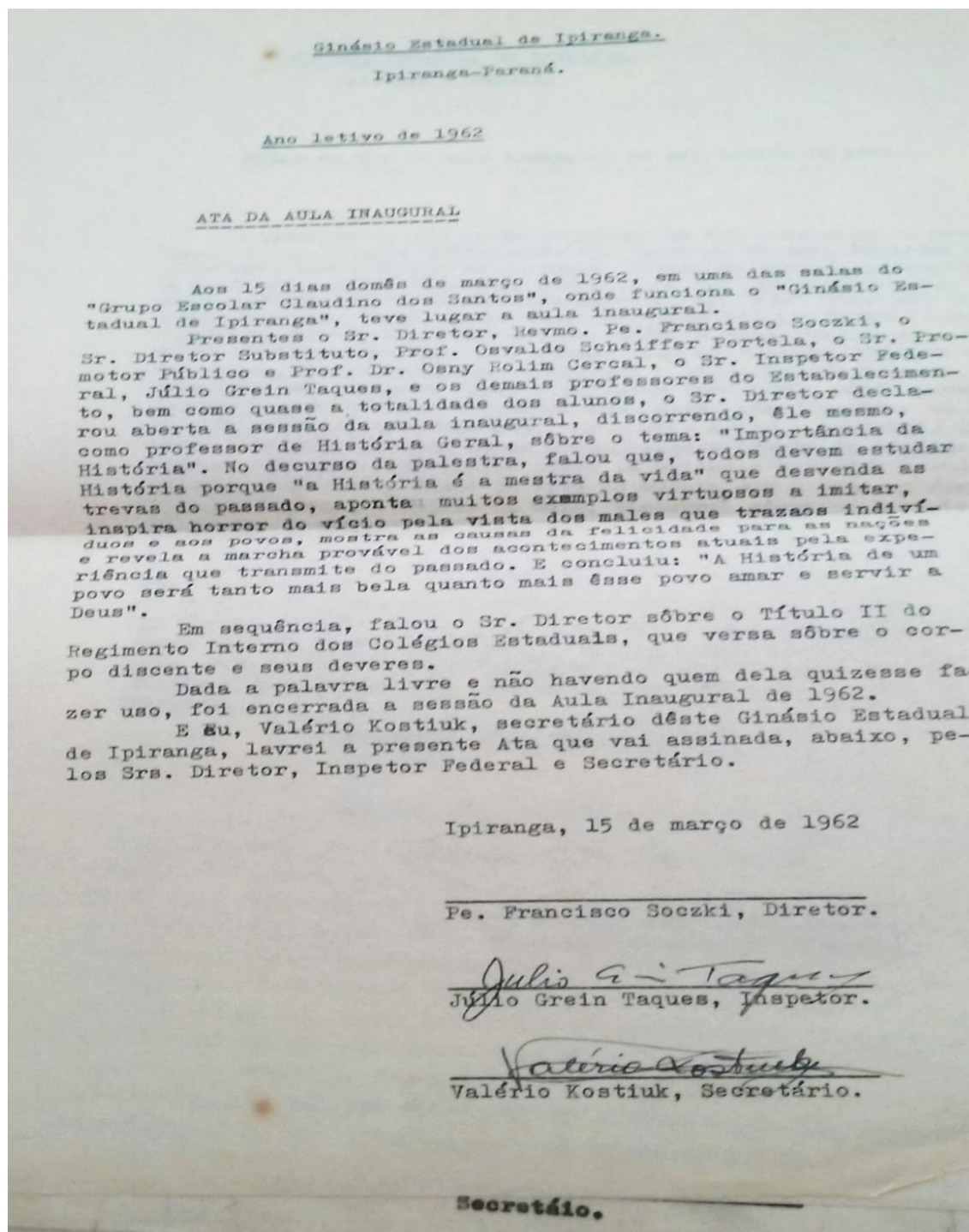
Figura 16 - Ata de Reunião Pedagógica do ano de 1959



Fonte: Biblioteca do Colégio Estadual Dr. Claudino dos Santos (2018).

Na ata de aula inaugural, do dia 15 de março de 1962, o diretor, padre e professor de História, discursou a seguinte frase: “A História de um povo será tanto mais bela quanto mais esse povo amar e servir a Deus”. (Ata de Ata Inaugural do Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos, 15/03/1962), mostrando que o estudo religioso, a partir do catolicismo, estava impregnado na educação primária deste grupo escolar. A importância da educação primária, voltada aos princípios da religião católica, constituía-se, portanto, em um pilar cultural na relação de convivência entre a família e a escola.

Figura 17 - Ata de Aula Inaugural do Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos em 1962



Fonte: Biblioteca do Colégio Estadual Dr. Claudino dos Santos (2018).

No tocante ao que se considerava como a devoção à profissão, a diretora, no ano de 1961, comentou: "o professor deve trabalhar com entusiasmo, porque para quem tem Deus dentro, todo trabalho por mais difícil que pareça, torna-se agradável". (Ata de Reunião Pedagógica do Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos,

27/07/1961), demonstrando o valor moral e religioso que o professor deveria dar ao seu trabalho.

Figura 18 - Ata de Reunião Pedagógica de 1961

Que o professor ideal tem muitos meios de conseguir de sua classe, aquilo que exigem dele; que o êxito do professor depende muito de sua personalidade que é constituição de sua aparência, sua cortesia, otimismo, simpatia, auto-direção e capacidade de expressão exemplares, raros, como: Uma gota de mel atrai mais moscas que um barril de aquite; Como dizia Pestalozzi: Educar deve ser uma ajuda para a própria ajuda.

Que, deve ser evitado o ensino retineiro e o professor deve trabalhar com entusiasmo, porque para quem tem Deus dentro, todo trabalho por mais difícil que pareça, torna-se agradável; Talou que a personalidade é o segredo do êxito da vida do professor. Em seguida fez a Oração do Professor.

Fiz demonstração de um método de alfabetização e pediu aos demais professores que fossem um dos programa experimental dos Escolas Trabalhadoras.

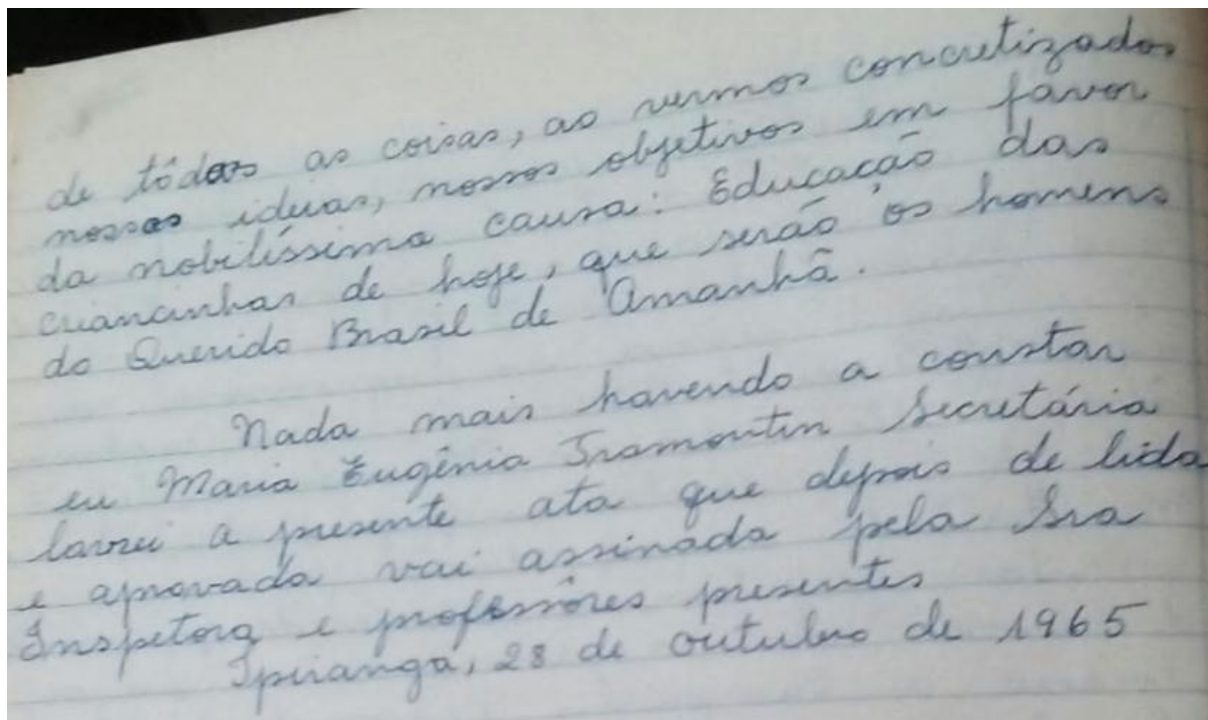
Nada mais havendo a constatar em Teresina Modestinski, deixando de secretária lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada vai arquivada pela bra. Inspectora e professores presentes.

Apiranga, 27 de julho de 1961
 Olga Stromberg Blum
 Sub. Inspectora f. de Ensino
 Teresina Modestinski secretária
 Estelina Sapranda Dalazozana
 Ondina Bueno Siqueira
 Ivone Giovanetti Marques
 Rilda Berger Camargo
 Lygia Marques Fernandes
 Maria Glary Dalzotto

Fonte: Biblioteca do Colégio Estadual Dr. Claudino dos Santos (2018).

Outra questão que se evidencia na documentação consultada diz respeito à formação com vistas ao futuro do país. Uma inspetora auxiliar de ensino, no ano de 1965, comentou: “Educação das criancinhas de hoje, que serão os homens do Querido Brasil de Amanhã”. (Ata de Reunião de Professores do Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos, 28/10/1965).

Figura 19 - Ata de Reunião dos Professores de 1965



Fonte: Biblioteca do Colégio Estadual Dr. Claudino dos Santos (2018).

Podemos entender que a educação primária fazia parte de uma política educacional do Estado. Percebemos que alguns dos trechos das atas, revelam a presença de uma educação voltada para a religião, a família e o Estado, no ensejo de que se cumprissem deveres como cidadãos brasileiros nos moldes cívicos. Ou seja, formava-se uma cultura escolar que refletia a formação social e educacional de sujeitos disciplinados, que cumprissem ordens e trabalhassem para o progresso do país.

As questões sobre patriotismo e civismo demonstram que o grupo escolar pesquisado exercia sua função cívica de instrução, fortemente direcionada por princípios de uma história tradicional, vide as celebrações/comemorações:

Nesse trecho da ata de 31 de março de 1966, constante na figura 20, percebemos o enaltecimento da citada “Revolução Gloriosa”, o dia 31 de março, visto como uma data comemorativa, a passagem do segundo aniversário, o dia em que o país teria sido “salvo do estrangeiro”, do “comunismo”. No entanto, é preciso ressaltar que compreendemos que a colocação, naquele momento, pela comunidade escolar do Grupo Dr. Claudino, correspondia àquele contexto, mas que se frise que a data citada, refere-se a um golpe sofrido no país, e que precisa assim ser lembrado:

[...] a publicação do decreto-lei nº 314/68, que tinha como objetivos principais identificar e eliminar os ‘inimigos internos’, ou seja, todos aqueles que questionavam e criticavam o regime estabelecido. E é bom que se diga que ‘inimigo interno’ era, antes de tudo, comunista. Como diz Nelson Werneck Sodré: ‘o anticomunismo, foi assim e, sempre, o caminho para a ditadura’ (PRIORI, et al. 2012, p. 200).

Constatamos que o discurso da ditadura militar era forte na educação deste educandário, que praticava as normas e as regras estabelecidas, de acordo com as diretrizes educacionais daquele contexto ditatorial.

Nessa direção, verificou-se em algumas atas do Grupo Escolar Claudino, a referência ao que se considerou como progresso para a nação. Exemplo é o teor da ata de aula inaugural do ano de 1972, conforme já citado anteriormente, em que uma professora: “[...] versou sobre a Transamazônica, [...] falou do projeto do nosso presidente Emilio Garrastazu Médici, para a construção da rodovia Transamazônica, que seria o progresso para o nordeste”. (Ata da Aula Inaugural do Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos, 01/02/1972). Depois do discurso, a professora perguntou se ainda existiam indígenas na Amazônia, demonstrando a preocupação com os povos que habitavam aquela região e, como resposta, discursou: “Apesar de muitos problemas que o governo encontrará, ele teve feito o possível para que sejam derrubadas as matas e passe aí uma rodovia trazendo para os nordestinos um grande progresso” (Ata da Aula Inaugural do Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos, 01/02/1972).

Sobre esse assunto, o Comitê Estadual de Direito à Verdade esclarece a questão:

O Comitê Estadual de Direito à Verdade, à Memória e à Justiça do Amazonas, no seu relatório sobre o genocídio do povo Waimiri-Atroari (com mais de dois mil mortos; como denunciaram Egydio Schwade e Memélia Moreira no Tribunal Bertrand Russell em 1980, quando o Brasil recebeu condenação internacional por genocídio contra os povos indígenas, foi jogado até mesmo napalm sobre esse povo, foi denunciado um 'programa de controle da informação' que continua a isolar esses índios, removidos por causa da Usina de Balbina, e 'que mantém afastados os indigenistas, cientistas e jornalistas independentes, ou seja, sem vinculação com os interesses empresariais no território indígena; o Programa Waimiri-Atroari (PWA) submeteu os índios aos interesses da Eletronorte e de empresas; 'até hoje o PWA tem tido como um de seus principais papéis o isolamento dos Waimiri-Atroari para que a história de massacres e de saques continuem ocultos. No tocante ao relatório da CNV, o volume II contém diversas referências ao genocídio de povos como os Waimiri-Atroari, e o reconhecimento de algumas autoridades de que o crime ocorreu, bem como as menções ao Relatório Figueiredo, que documentou os crimes do extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e havia ficado perdido até o fim de 2012. (FERNANDES, 2015, p. 17).

Por meio de investigações promovidas pela Comissão Nacional da Verdade⁸, foi revelado aproximadamente 8.000 indígenas, mortos, presos, torturados ou expulsos de seus territórios, entre os anos de 1964 e 1985. Com o apoio dos militares nessas ações, muitos indígenas foram mortos e removidos de maneira forçada dos seus territórios. Os Waimiri-Atroari habitavam a área de divisa com os estados do Amazonas e Roraima; esses indígenas foram massacrados e as suas terras foram afetadas pela abertura de rodovias e a construção da hidrelétrica de Balbina. O governo militar financiou atividades agropecuárias e obras de infraestrutura no território desse povo. Outros indígenas, que foram expulsos de suas terras são os Akrãtikatejê, no Pará, devido à construção da usina de Tucuruí, durante o governo do presidente Emílio Garrastazu Médici.

Observamos que o “progresso” dito na ata da aula inaugural de 01/02/1972, não foi nada amigável e, sim, de maneira forçada e violenta. A ditadura militar estava com plena força para tomar atitudes nem sempre favoráveis à população em questão. O caso dos indígenas foi invasão e expulsão sem acordo pré-estabelecido. Assim, o discurso da ata do Grupo Escolar demonstra que os assuntos sobre o suposto progresso eram mais importantes do que as ações de violência contra os povos que viviam naquele local, ou seja, quem quer que fosse contra o governo da época seria perseguido.

⁸ Comissão criada em 2011 para examinar e esclarecer as violações de direitos humanos no Brasil entre 1946 e 1988.

Outro assunto discutido nas atas era sobre a poluição. No ano de 1973, um professor de Geografia, já demonstrava preocupação com o problema da poluição em nossas florestas.

Como a floresta tenta defender o ambiente do homem focalizando o problema da 'poluição', palpitante assunto que vem preocupando todos os cientistas e organismos internacionais ligados à saúde dos povos, provocada pela desordenada extinção de nossas florestas nativas e o afluxo das chaminés que se alevantam, fruto do progresso vertiginoso em que vivemos. (Ata da Aula Inaugural do Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos, 01/03/1973).

Figura 21 - Ata de Aula Inaugural de 1973

Ata da aula inaugural do ano letivo de 1973.
 Ao primeiro dia do mês de Março de mil novecentos e setenta e três, às 9h00 horas, reunia das salas do estabelecimento, presentes o Sr. Diretor Helder de Azevedo, professores, alunos, pais e comunidade, foi ministrada a Aula Inaugural do presente ano letivo pelo professor Fernando de Azevedo, ocupante da cadeira de Geografia, convidado que fora com antecedência pela direção do estabelecimento para tal mister. Com sua aprimorada cultura e pleno conhecimento do assunto desenvolveu sua apresentação com brilhantismo invulgar, abordando a terra, como a floresta tenta defender o ambiente do homem, focalizando o problema da poluição, palpitante assunto que vem preocupando todos os cientistas e organismos internacionais ligados à saúde do planeta, provocada pela desordenada extinção de nossas florestas nativas e o influxo das chammas que se abocantam fruto do progresso vertiginoso em que vivemos. Em síntese, sem as ilustrações gráficas cabidas, a exposição apresentada foi a seguinte: A biosfera é a fina camada de sub solo, águas e atmosfera próxima da superfície do planeta onde existe vida. Além de conter a vida, a biosfera tem vida própria, que se manifesta através dos ventos, chuvas, evaporações, aquecimentos, resfriamentos e milhões de processos físicos e químicos. Como todo organismo vivo, a biosfera pode morrer. O gráfico mostra o homem ruína do sub solo, petróleo, gás natural, carvão, formado há milhões de anos. A queima desses combustíveis produz energia para, por exemplo, gases os motores, fogões,

Fonte: Biblioteca do Colégio Estadual Dr. Claudino dos Santos (2018).

O professor referido comentou que essa demanda de progresso industrial para o país produziu um grave problema de poluição e extinção de nossas florestas, um assunto ainda discutido e debatido atualmente. Entendemos esta questão como uma evidência de que havia um ideário de crescimento e desenvolvimento do país de forma acelerada, porém, sem perceber consequências para o meio ambiente.

O que notamos é que os professores do Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos, trabalhavam diversos assuntos, como educação, meio ambiente, religião,

família e patriotismo, já que todos esses temas seriam uma forma de organizar, moldar, ordenar, fazer com que alunos e pais compreendessem que o espaço escolar seria o local mais adequado para a instrução de seus filhos, porém, sem criticidade, ainda que se alegasse que o regime era democrático.

Uma das reflexões possíveis, que tange à especificidade do governo militar brasileiro, refere-se à forma como o regime autoritário foi arquitetado no país. O regime foi articulado por uma notável ambiguidade, pois, mesmo no exercício de um regime de exceção e essencialmente enfatizado por uma indelével 'lógica da suspeição', os dirigentes procuravam legitimá-lo e caracterizá-lo como um sistema de governo democrático. Do primeiro general-presidente (Humberto de Alencar Castello Branco) até o último (João Baptista de Oliveira Figueiredo) foi salientada, principalmente, nos discursos de posse dirigidos ao povo brasileiro, a adoção de 'ações e comportamentos em nome da defesa da democracia no país' (PRIORI et al., 2012, p. 202).

Observamos e pensamos nas possíveis visões que os professores poderiam ter do governo na época, da ditadura militar, a indignação de alguns, de certa maneira o medo de se expor, por conta da repressão, fazendo com que muitos se calassem, ou, desviassem alguns assuntos, para que não se tornassem alvos do regime militar.

Portanto, acreditamos que algumas falas poderiam não ser descritas nas atas, como o pensamento crítico de alguns professores, que por questões morais não iriam aparecer para não haver problemas para a escola e todo o corpo docente, já que a liberdade de expressão era fortemente censurada no período.

Dentre as disciplinas que foram mencionadas, citamos: Ensino Religioso; Educação Artística; Educação Física; Educação Moral e Cívica; Programas de Saúde; Estudos Sociais; Ciências e Comunicação e Expressão, o que certamente sedimentou a formação de uma cultura escolar, seguindo as reformas educacionais propostas pelo Estado.

No cotidiano escolar, os exames finais, também se tornaram rituais de passagem, como salienta Dominique Julia (2001), assumindo um caráter institucional que possibilitava ao educando continuar seus estudos, envolvendo um caráter simbólico de sucesso por passar para uma nova série, ou fracasso com a reprovação. Isso determina um conjunto de práticas do cotidiano escolar que compreendem a avaliação do rendimento escolar de cada aluno.

Os documentos nos permitem perceber os rituais e as práticas do cotidiano escolar, possibilitando a identificação da cultura escolar produzida nesse período de 1964 até 1985 e, também, algumas das mudanças ocorridas que configuram a convivência entre antigas e novas concepções, dando novos significados aos símbolos e rituais escolares.

Os aspectos abordados se relacionam, contribuindo para a compreensão do universo intramuros, que compõem o cotidiano da escola, configurando e redimensionando uma cultura escolar, que incorpora elementos que vão além de uma função instrucional, pois inclui a formação de hábitos e costumes a partir das vivências pedagógicas de cada escola.

Dessa forma, o Grupo Escolar assumia um duplo papel: o de ensinar conteúdos aos seus alunos, e, educar com hábitos, atitudes, costumes. Estas práticas e comportamentos podem ser observados dentro e fora do ambiente escolar, pois, certamente hábitos aprendidos na escola reverberam em ações de convivência em sociedade.

Formação de hábitos e condutas representam aspectos desenvolvidos na escola, as mudanças de postura e costumes, que são disseminados no grupo escolar, transformando a realidade e vivência dos educandos. Assim, a escola acaba por se tornar um caminho para a mudança de postura, onde professores orientam os alunos sobre diversos temas, e estes irão disseminar as ideias para seus familiares, conscientizando-os também dessas novas posturas e hábitos aprendidos na escola e levados para vida em sociedade e convívio familiar.

Compreendemos que os pilares da educação no período analisado foram a ordem e a disciplina, os quais compõem a estrutura escolar, desdobrando-se em práticas, hábitos e costumes, ou seja, normas do dia a dia do grupo escolar, e que são os responsáveis por reger os alunos para uma postura considerada adequada ao convívio social.

Uma das práticas escolares que representavam o cotidiano escolar era a formação e organização de filas, que correspondiam ao universo interno dos grupos escolares, sendo uma prática difundida e valorizada nos ambientes escolares durante muito tempo, correspondendo mesmo à ideia de tradição escolar. Portanto, a formação de filas constituía-se numa estratégia para manter ordem e disciplina,

como também representava ideais de civilidade, enraizados numa “materialidade de sistema de valores”.

O espaço-escola não é apenas um ‘continente’ em que se acha a educação institucional, isso é, um cenário planejado a partir de pressupostos exclusivamente formais no qual se situam os atores que intervêm no processo de ensino-aprendizagem para executar um repertório de ações. A arquitetura escolar é também por si mesma um programa, uma espécie de discurso que institui na sua materialidade um sistema de valores, como os de ordem, disciplina e vigilância, marcos para a aprendizagem sensorial e motora e toda uma semiologia que cobre diferentes símbolos estéticos, culturais e também ideológicos. Ao mesmo tempo, o espaço educativo refletiu obviamente as inovações pedagógicas, tanto em suas concepções gerais como nos aspectos mais técnicos (ESCOLANO, 2001, p. 26).

O espaço escolar pode ser compreendido como um conjunto de elementos culturais, desde a arquitetura (pátio, salas de aula), o currículo (disciplinas), o cotidiano entre diretores, professores e alunos, enfim, formando uma cultura escolar específica, circunscrita ao seu contexto, no caso aqui tratado, de uma ditadura militar que perdurou por 21 anos em nosso país.

2.3 DISCIPLINA E HIERARQUIA NO GRUPO ESCOLAR DR. CLAUDINO

[...] a ordem e a disciplina são fatores constantes no cotidiano escolar. Por meio deles são estabelecidas as situações de hierarquia e autoridade, caracterizando as relações de poder entre o aluno e a escola. Isso pode ser percebido na disposição das turmas, na interação e no arranjo dos corpos durante as atividades escolares e na organização do trabalho escolar. (ALMEIDA, 2014, p. 274).

Percebemos que a disciplina e a ordem são formadoras de hierarquia no ambiente escolar, influenciando, de forma autoritária, as formas de agir e interagir entre alunos, professores e funcionários da escola.

Para tanto, autoridade e hierarquia fazem parte da cultura escolar, pois:

[...] se constituem em elementos da cultura escolar que é construída na interação cotidiana, definindo formas diferenciadas de participação nas escolas. Parte do pressuposto de que a escola, como organização burocrática, tem em sua estrutura um corpo de princípios e valores dados pelo sistema educacional, por meio de leis, decretos e papéis formalmente estabelecidos, e um outro corpo de princípios e valores construídos e reelaborados no seu interior, pelos participantes do processo educacional, formando a cultura escolar (SILVA, 2001, p. 125).

Na bandeira nacional também observamos que o lema: “Ordem e Progresso” é demonstrativo de autoridade, na busca de disciplinar corpos para o progresso do país.

O texto atual da bandeira nacional ‘Ordem e Progresso’ é influência da política positivista oriunda no lema do sociólogo francês Auguste Comte (1798-1857): ‘O amor por princípio, a ordem por base, o progresso por meta’. Esses ideais de moral, ordem e progresso foram incorporados pelo exército, seus maiores adeptos, instaurando-se, também, nas instituições do Estado. Tudo isto era parte de uma educação estatal que incluía uma educação (adestramento) política nos ideais da república (ALMEIDA, 2014, p. 275).

Como cita Almeida (2014), o adestramento de corpos para servirem à nação era apenas para aqueles que forem capacitados, incorporando, militarmente, esses ideais de ordem, disciplina e progresso, instaurados na educação do Estado, como um dos principais ideais republicanos. Segundo a autora: “[...] a escola como um espaço para o condicionamento comportamental mediante uma rigorosa disciplina, ordem, higiene, obediência e silêncio” (ALMEIDA, 2014, p. 277). Portanto, dentre as disciplinas do período, a Educação Física serviria para esses ideais de condicionar o corpo para cumprirem um ideal de cidadão para o Estado.

Os corpos, propriedade do Estado, também devem comportar posturas, cujas aulas de Educação Física não têm como intuito o exercitar livre dos corpos, mas é mais uma maneira de educação disciplinar do corpo, por meio do estabelecimento de posturas e gestos. A disciplinarização dos corpos se associa à organização do espaço. Assim é a escola, espaço do sistema capitalista e corporativo que se apropria do corpo e do tempo do estudante (ALMEIDA, 2014, p. 278).

Dessa forma, observamos a hierarquização sendo implementada a partir do Estado sobre a educação, de forma a incorporar disciplinarmente nos currículos escolares, o ordenamento de regras a serem cumpridas, mostrando a figura do professor como detentor de todo o saber.

A educação restringia-se ao ambiente da sala de aula, com a utilização dos recursos do quadro-negro e giz, o professor transmitia o conteúdo como verdade absoluta e de forma autoritária, e o aluno assumia um papel passivo no processo educacional, sendo uma relação em que o professor era o único detentor do conhecimento e o silêncio na sala de aula fazia-se necessário para que a transmissão do saber fosse efetuada com sucesso. (ALMEIDA, 2014, p. 278).

Segundo Silva (2001), “A princípio, a autoridade do professor é conferida legalmente por sua formação; na relação com os alunos, pelo reconhecimento do saber do qual ele é detentor; na relação com a direção, pelo cargo que o primeiro ocupa” (SILVA, 2001, p. 132). Portanto, o professor era visto pelos alunos como o único detentor de todo conhecimento que eles deveriam aprender e não questionar, pois eram submissos a essa hierarquização imposta na escola.

Assim, desde a escola, os alunos já aprendiam a obedecer e respeitar ordens estabelecidas dentro do espaço escolar. Uma delas era a formação de filas, como dentro das salas de aula, as carteiras ordenadamente enfileiradas, a entrada e saída das aulas, o recreio, o hasteamento da bandeira feitas em fila no pátio do Grupo Escolar, uma maneira de disciplinar e ordenar, uma conduta de respeito e cumprimento de regra estabelecida naquele ambiente escolar.

Outra regra é o horário a ser cumprido no espaço escolar, pois:

Todas as atividades que compõem a dinâmica do cotidiano escolar estão determinadas pelo horário. Um controle rígido e contínuo do horário de chegada e de saída, de início e de término. Há horário para a entrada e saída da escola e para o recreio (intervalo), início e fim de cada aula, cada atividade ou período (ALMEIDA, 2014, p. 279).

Dentro dos grupos escolares existia uma organização do trabalho escolar, onde:

[...] o diretor representa a autoridade máxima da escola, pois ocupa a posição hierárquica mais elevada, regendo a todos na escola. Logo em seguida, em nível hierárquico inferior, está o professor, autoridade imediatamente superior aos alunos. O reconhecimento dessas autoridades é percebido diante da interação entre os corpos de níveis hierárquicos distintos. Por exemplo, quando o professor adentra a sala de aula, imediatamente, acontece uma mudança na exposição dos corpos, tornando-se mais contidos e silenciosos. O respeito é conquistado por meio de uma teia de disciplina de poder que amedronta, com o diretor e o professor, sempre distantes e se relacionando de modo desigual e nada humano (ALMEIDA, 2014, p. 280).

Dessa forma, podemos compreender que os alunos deveriam cumprir as ordens de seus superiores, como professores e diretores, obedecendo-os. Mas, nem sempre isso acontecia de maneira satisfatória. A indisciplina também ocorria na escola, pois, de certa forma, a escola produzindo disciplina, está também produzindo a indisciplina. A indisciplina torna-se um sintoma do comportamento individual, em

um ambiente de dura repressão. Assim, surgem os castigos, tornando necessário as punições para tais atos indisciplinados. Para Souza (2000), “[...] por meio de prêmios e castigos, como o elogio perante a sala, cartões de boa nota, nome do aluno no quadro de honra, admoestação particular, notas baixas, privação do recreio, entre outros, as crianças apreenderiam as condutas desejáveis” (SOUZA, 2000, p. 49).

Enfim, dos castigos esperava-se que os alunos apresentassem boa conduta para voltar a participar do ambiente escolar sem se desviar dos bons costumes aprendidos na escola.

A avaliação também era vista como instrumento para garantir a disciplina, controlar, classificar e punir os alunos que não obedecessem às normas e regras escolares. O comportamento dos alunos foi considerado um dos critérios de avaliação, sendo atribuídas notas quanto a sua postura no espaço escolar. Portanto, a aprovação dos educandos também dependia da sua boa conduta na escola, seu rendimento e frequência escolar, contribuindo para uma boa disciplina. Os exames selecionavam, classificando os alunos em aptos e inaptos para seguirem as séries seguintes, uma forma de hierarquização desse sistema educacional, conforme podemos notar na ata de avaliação de 1962.

Figura 22 - Ata de avaliação de 1962

Prova de Mês de Abril

Sexo Masculino	Português	Aritmética
Aronaldo Zanharini	65	40
Albuquerque Augusta Ferreira	68,5	60
Augusto Alves Lara	78,5	51
João Francisco Rühlberg	51	49
João Antônio Colgate	40	31
Alti Antônio Denck	66	53
Epimar Teixeira	54,5	41
Elasbão Alves Lara	75,5	75
Sexo Feminino		
Comércio Marlene Galvão	76	72,5
Erya Krüger	70,5	56
Uoína Tramentin	80,5	73
Laya Beatriz Blum	75	83
Lyne Indio	74	51
Jean Helena Blum	89,5	93
Maria Luiza Travassoli	73,5	12
Maria Libranir Blum	56,5	46
Leriza Regina Blum	77,5	66

Fonte: Biblioteca do Colégio Estadual Dr. Claudino dos Santos (2018).

Figura 23 - Ata de avaliação de 1962

37

de 1962 4.º Ano - Professora: Lúcia Mil.

Cont. Gerais.	Média.	Observações.
77,5	6,1	Inabilitado
84	7,1	
85,5	62	Inabilitado
45,5	48,5	Inabilitado.
23	3,1	Inabilitado.
44,5	54,5	Inabilitado.
34,5	33,3	Inabilitado.
53,5	68	
48	65,5	
49,5	59	
79,5	78	
68,5	75,5	
70	65	
84	89	
58	48	Inabilitada.
60	54,1	Inabilitada.
71,5	71,5	

Visto
 Maria Irene Schreyer
 Diretora

Fonte: Biblioteca do Colégio Estadual Dr. Claudino dos Santos (2018).

Pela consulta às atas de avaliações dos alunos, percebemos a maneira de classificar os educandos em habilitados para próxima série ou inabilitados, que não poderiam seguir para o próximo ano, não obtendo a nota necessária para acompanhar os demais colegas.

Os alunos acabavam sendo submetidos a uma relação de poder nas instituições escolares, onde deveriam obedecer, sendo submissos no ambiente escolar e em outros ambientes, para não correr o risco de formar um indivíduo crítico na sociedade. Assim, o professor, além de ensinar, moldaria o aluno conforme um padrão exigido pela instituição, sendo o aluno constantemente controlado, manipulado em função da ordem, da disciplina – atos esperados pelos próprios pais dos alunos (ALMEIDA, 2014, p. 282). A ata de 1959 descreve alguns regimentos internos do Grupo Escolar Dr. Claudino, referentes à questão tratada.

Art. 25º do Regimento Interno para conhecimento de todos os alunos.

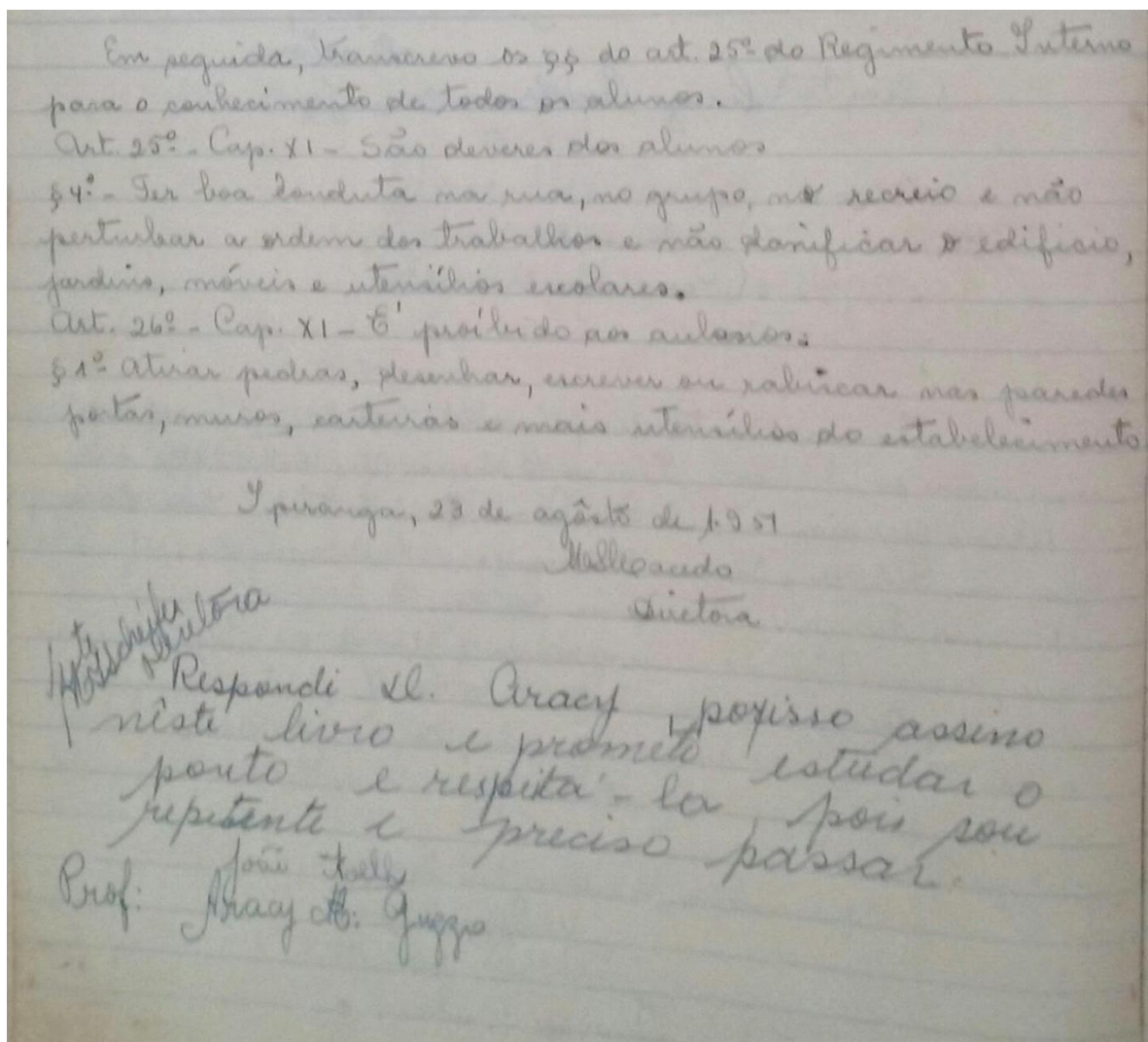
Art. 25º-Cap. XI-São deveres dos alunos;

4º-Ter boa conduta na rua, no grupo, no recreio e não perturbar a ordem dos trabalhos e não danificar o edifício, jardins, móveis e utensílios escolares.

Art. 26º-Cap. XI-É proibido aos alunos;

1º Atirar pedras, desenhar, escrever ou rabiscar nas paredes, portas, muros, carteiras e mais utensílios do estabelecimento. (Regimento Interno dos deveres dos alunos em 1959).

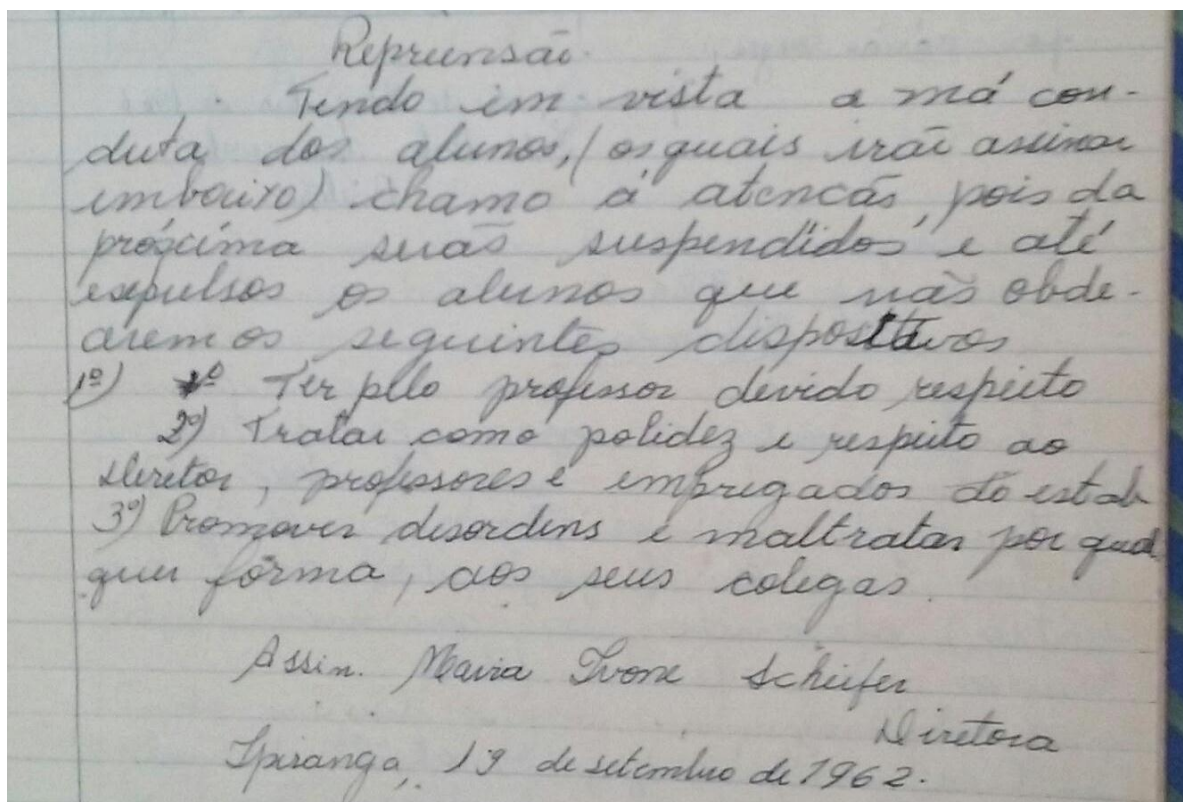
Figura 24 - Regimento Interno de deveres dos alunos em 1959 e relato de indisciplina



Fonte: Biblioteca do Colégio Estadual Dr. Claudino dos Santos (2018).

Observamos que o regimento interno demonstra uma forma de ordenar, disciplinar os alunos para uma boa conduta dentro e fora do grupo escolar. Também percebemos na escrita do aluno que promete estudar e respeitar a professora, pois sabe que é uma ordem a ser seguida na escola para poder obter boa conduta e nota para passar para o próximo ano letivo. “Respondi a professora [...], por isso assino neste livro e prometo estudar o ponto e respeitá-la, pois sou repetente e preciso passar”, conforme relato constante na ata de 1959, na figura 24. Compreendemos a hierarquização entre o professor e o aluno, quando o educando se vê submisso ao escrever que é repetente e precisa passar, demonstrando que suas notas estão abaixo do esperado, evidenciando elementos de ação autoritária nesta hierarquia escolar.

Figura 25 - Ata de repreensão em 1962



Fonte: Biblioteca do Colégio Estadual Dr. Claudino dos Santos (2018).

Na ata de 1962, podemos entender quais são os deveres dos alunos para com todos os funcionários do Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos, conforme transcrição de trecho abaixo.

- 1º Ter pelo professor devido respeito;
 - 2º Tratar com polidez e respeito ao Diretor, professores e empregados do Estado;
 - 3º Promover desordens e maltratar por qualquer forma aos seus colegas.
- (Ata de repreensão de 1962).

A maneira de disciplinar os alunos, demonstrada nesta ata, representa a forma hierárquica de ser seguida para com o diretor, depois professores e empregados. Ou seja, os alunos deveriam entender que devem respeitar todos, mas que o diretor estaria acima dos demais empregados do Estado, e que ele, sendo aluno, estaria na última posição, ou seja, submisso a todas essas pessoas, devendo respeitar e seguir todas as ordens estabelecidas pela instituição de ensino.

A cultura escolar exercida no Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos seguia normas e regras que eram exigidas pelo Estado, demonstrando a autoridade sobre

os alunos, bem como uma educação rígida, voltada para servir e obedecer a diretores, professores e funcionários. Essa aprendizagem deveria ser levada também para a vida em sociedade, respeitando os mais experientes e bem posicionados socialmente. A hierarquização constituída nas instituições escolares deveria manter ordem e disciplina tão almejadas no período republicano e, de forma especial, também durante a ditadura militar, pois corpos obedientes seriam mais fáceis de tornarem-se submissos às regras estabelecidas pelo Estado. As atas consultadas trouxeram informações sobre a referida autoridade escolar e como as notas e a disciplina em sala de aula eram importantes para o prosseguimento de estudos em uma nova série.

Assim, a maneira de educar estava voltada para um ensino que viabilizava disciplinar as pessoas, para que não somente dentro das escolas, mas, principalmente, quando estas saíssem formadas para servirem ao trabalho, contribuiriam, de forma disciplinada e hierárquica, para o almejado progresso do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio de consulta à documentação escolar, especialmente as atas escolares citadas no presente trabalho, percebemos elementos de formação da cultura escolar no grupo escolar Dr. Claudino dos Santos, no período que remete à ditadura militar no Brasil, evidenciando traços de uma educação rígida, hierárquica e disciplinar. Observamos que o discurso ditatorial se fazia presente, sobrepondo ideologicamente uma política de ordem em defesa do famigerado progresso para o país. Alguns desses aspectos foram observados, visando compreender processos educacionais que permeavam o cotidiano do Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos, tendo em conta as transformações políticas e educacionais que o país estava passando entre os anos de 1964 a 1985, em suas incorporações e adaptações com cada reforma educacional proposta.

Assim, compreendemos que a cultura escolar foi demonstrativa de valorização do patriotismo e militarização no período político brasileiro de 1964 a 1985. Verificaram-se rituais escolares a serem cumpridos dentro do educandário, como a obrigatoriedade cotidiana de formar filas, o uso obrigatório do uniforme, cantar o Hino Nacional e hastear a Bandeira regularmente em frente ao grupo escolar, dentre outros aspectos da cultura escolar daquele contexto.

As questões evidenciadas serviram de base para o estudo proposto sobre a formação de uma cultura escolar vivenciada no Grupo Dr. Claudino dos Santos. Compreendemos que as ações daquela comunidade escolar estavam diretamente ligadas ao poder do Estado militar. Uma educação voltada para um modelo imposto, mas que também apresentava especificidades em seu dia a dia. No que se refere à hierarquização dos grupos escolares, ressaltamos o papel social da disciplina de Educação Moral e Cívica, demonstrando como o aluno deveria se comportar para se tornar um cidadão disciplinado, que cumpria ordens e obedecia, sem questionar.

No interior do Grupo Escolar Dr. Claudino, evidenciamos a hierarquia imposta, conforme consta no teor da escrita das atas, onde o diretor, enquanto representante direto do poder do Estado teria a autoridade legal de interferir sobre os demais funcionários, professores e alunos. Os alunos estariam, portanto, submissos às regras impostas dentro e fora do educandário. O que aprendiam dentro da escola, deveriam levar também para a vida em sociedade.

A preocupação do Estado com a Educação desde a Primeira República e, de forma especial, no período da ditadura militar, era de que os alunos se tornassem cidadãos disciplinados e prontos a obedecer ordens, por isso algumas disciplinas foram centrais no currículo escolar, como a Educação Física que deveria trabalhar militarmente o corpo e a mente; e a disciplina de Educação Moral e Cívica, voltada para que tais cidadãos cumprissem ordens de forma consensual, o que certamente, incidiria, posteriormente, na submissão aos padrões, ou mesmo ao Exército, caso seguissem carreira, em nome do patriotismo. Portanto, o ato de hastear a Bandeira Nacional e cantar o Hino eram ordens que facilitavam a disciplinarização dos corpos, pois estavam em pé, enfileirados servindo a pátria, cantando o Hino Nacional e cumprindo uma norma exigida desde a educação escolar.

O estudo trouxe algumas evidências sobre o processo de formação da cultura escolar no Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos, em Ipiranga e, dessa forma, apontamos que muitas das práticas educacionais voltavam-se para a manutenção da ordem instituída, tendo em vista o período ditatorial abordado. Dentre as fontes consultadas, é importante ressaltar as muitas lacunas e silenciamentos que certamente não se encontram registradas nas atas pesquisadas, mas que justamente por não apresentarem contrapontos ou mesmo divergências relevantes, já constitui-se num ponto a ser interrogado do porquê de tal inércia em um contexto repleto de ações autoritárias no campo educacional e social brasileiro? Compreendemos que ações impostas pela hierarquização do ensino estiveram presentes, inculcando valores, configurando-se por regras e práticas a serem seguidas para formar cidadãos aptos para servir à nação, visando disciplinar essencialmente para o cumprimento de deveres, porém, não necessariamente críticos do processo de sua própria formação.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, W. R. A. Relações de poder no cotidiano escolar: análise e reflexões da relação aluno-escola. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 274-285, 2014.
- AMADO, J.; FERREIRA, M. (coord.) **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, pp. 233-245.
- ARÉVALO, M. C. da M. **Lugares de memória ou a prática de preservar o invisível através do concreto**. Disponível em: [http:// www.anpuh.uepg.br/ historia-hoje/ vol. 3, n. 7/ márcia.htm](http://www.anpuh.uepg.br/historia-hoje/vol.3,n.7/marcia.htm). Acesso em: 16 fev. 20.
- AZANHA, J. M. P. **Uma ideia de Pesquisa Educacional**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Edusp, 1992.
- BENCOSTTA, M. L. A. Arquitetura e espaço: reflexões acerca do processo de implantação dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903-1928). **Educar em revista**. Curitiba, n. 18, pp. 103-141, jul./dez. 2001.
- BENCOSTTA, M. L. A. **Memória e Cultura Escolar**: a imagem fotográfica no estudo da escola primária de Curitiba. *História*. São Paulo: v.30, n.1, p. 397-411, jan/jun 2011.
- BICUDO, C. T. Repressão aos intelectuais e estudantes: aproximações entre Ato Institucional nº 2 e Lei Suplicy de Lacerda (1965-1968). **Sociedade e Cultura**, vol. 20, n. 2, jul./dez, 2017, pp. 193-213.
- BITTENCOURT, P. A educação brasileira no Império e na República. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v. 19, n. 49, jan./mar. 1953.
- BOTO, C. Histórias, idéias e trajetórias da cultura escolar: um desafio metodológico. In: SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa (orgs.). **A cultura escolar em debate**: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa. Campinas –SP: Autores Associados, 2005. p. 59-80.
- BRASIL. **Lei nº 5692/71** de 11 de agosto de 1971. Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências. Brasília, DF, 11 de agosto de 1971.
- BUFFA, E; PINTO, G. de A. **Arquitetura e educação**: organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas, 1893/1971. Brasília: UFSCar, INEP, 2002.
- CAMARGO, H. L. **Patrimônio histórico e cultural**. São Paulo: Aleph, 2002.
- CARVALHO, M. M. C. de. **A Escola e a República**. Editora Brasiliense. 1ª edição, 1989.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.

CHORNOBAI, G. Q. L. **Igreja católica e educação feminina**: representações da cultura escolar no curso normal do Colégio Sant'Ana de Ponta Grossa (1947-1960). Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

CORDEIRO, E. G. R. **A disciplina de Educação Moral e Cívica no Colégio Estadual do Paraná (1969 – 1986)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

CUNHA JUNIOR, C. F. F. Os grupos escolares de Juiz de Fora e o investimento nas atividades corporais (1907-1930). Juiz de Fora. **Ed. Foco**, n. especial, p.73-84, mar./ago. 2007.

DENCK, N. S. **O grupo escolar Dr. Claudino dos Santos**: sua arquitetura, seu significado e ressignificação. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2014.

ESCOLANO, A. Arquitetura como programa. Espaço-Escola e currículo. IN: VIÑAO FRAGO, Antonio; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade**: a arquitetura como programa. Tradução Alfredo Veiga-Neto. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

FALSARELLA, A. M. Os estudos sobre a cultura da escola: forma, tradições, comunidade, clima, participação, poder. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 39, n. 144, p. 618-633, set. 2018.

FARIA FILHO, L. M. de. O espaço escolar como objeto da história da educação: algumas reflexões. **Revista da Faculdade de Educação**. São Paulo, vol. 24, n. 1, pp. 141-150, jan./jun. 1998.

FARIA FILHO, L. M. de. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, n. 14, pp. 19-34, mai./ago. 2000.

FERNANDES, P. Justiça de transição e o fundamento nos direitos humanos: perplexidades do relatório da Comissão Nacional da Verdade brasileira. In: KASHIURA JR., Celso Naoto; AKAMINE JR., Oswaldo; MELO, Tarso de (Orgs.). **Para a crítica do direito**: reflexões sobre teorias e práticas jurídicas. São Paulo: Outras Expressões; Editorial Dobra, 2015. p.717-745.

FERREIRA J. A.; BITTAR, M. Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar. **Cad. Cedes**. Campinas, v.28, n. 76, p. 333-355, set/dez. 2008. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 15 jun. 2018.

FERREIRA J. A.; BITTAR, M. **A ditadura militar e a proletarianização dos professores**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 27, n. 97, p. 1159-1179, set./dez. 2006.

GIBELLO, A. A. de S. **Rastros da civilização escolar: cultura e práticas da escola primária paulista (1960-1980)**. 2010. 234 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2010.

GHIRALDELLI JÚNIOR, P. **História da Educação**. São Paulo: Editora Cortez, 1991.

GONÇALVES, I. A. **Cultura escolar: práticas e produção dos grupos escolares em Minas Gerais (1891 – 1918)**. 2004. 283 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, 2004.

IBRASA. **O cidadão e o civismo**. 1982. p. 43-44.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 1, n. 1, p. 9-43, jan./jun. 2001.

NAGLE, J. A educação na primeira República. IN: FAUSTO, B. (org.). **História geral da civilização brasileira**. Tomo III, v.2. São Paulo: Difel, 1977.

OLIVEIRA, M. A. F. de. **História da Educação Física no Estado do Paraná: documentos das primeiras décadas do século XX**. Maringá: Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Maringá, 2012.

PASINATO, D. I. Importância do manifesto de 1959 para a educação brasileira. **Revista Semina**, v. 10, p. 1-12, jul./dez. 2011.

PIKOSZ, L. C. **A higiene nos grupos escolares curitibanos: fragmentos da história de uma disciplina escolar (1917-1932)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

PRIORI, A., et al. **História do Paraná: séculos XIX e XX** [online]. Maringá: Eduem, 2012. A Ditadura Militar e a violência contra os movimentos sociais, políticos e culturais. pp. 199-213. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 24 nov. 2019.

RIBEIRO, A. I. M.; PRADO, V. M. do; MARIANO, J. L. M. (Orgs.). **História da Educação Brasileira: um olhar didático ilustrado com charges**. Curitiba: Appris, 2017.

RODRIGUES, E.; INÁCIO FILHO, G. Educação Moral e Cívica e Ensino de História, aportes disciplinares de formação: um estudo comparado. **Revista HISTEDBR On-line**. Campinas, n.45, p. 139-152, mar. 2012.

ROMANELLI, O. de O. **História da Educação no Brasil (1930-1973)**. Petrópolis: Vozes, 1996. 18ª ed.

SALES, L. C. **O valor simbólico do prédio escolar**. Teresina: EDUFPI, 2000.

SANFELICE, J. L. O manifesto dos educadores (1959) à luz da história. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 99, p. 542-557, maio/ago. 2007.

SAVIANI, D. O legado educacional do regime militar. **Cadernos CEDES**, vol. 28, 2008.

SCHWARTZMAN, S; BOMENY, H. M. B.; COSTA, V. M. R. **Tempos de Capanema**. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001, 388p.

SILVA, F. de C. T. Cultura escolar: quadro conceitual e possibilidades de pesquisa. **Educar em revista**. Curitiba, n. 28, p. 201-206, 2006.

SILVA, J. M. A. P. S. Cultura escolar, autoridade, hierarquia e participação: alguns elementos para reflexão. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 112, p. 125-135, mai., 2001.

SIMONSEN, M.H. **Brasil 2001**. Rio de Janeiro: APEC, 1969. 327p.

SOUZA, R. F. A militarização da infância: expressões do nacionalismo na cultura brasileira. **Caderno CEDES**, vol. 20 n. 52, Campinas, nov. 2000.

VEIGA, C. G. Escola Pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, p. 502-517, 2008.

VIÑAO FRAGO, A. **Sistemas Educativos, Culturas Escolares e reformas**. Mangualde, Portugal: Edições Pedagogo, 2007.

VIÑAO FRAGO, A. Historia de la educación y historia cultural: posibilidades, problemas e cuestiones. In: _____. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 0, p. 63-82, set./out./nov./dez. 1995.

XAVIER, E. da S. Ensino e História: o uso das fontes históricas como ferramentas na produção de conhecimento histórico. **Antíteses**, vol. 3, n. 6, jul/dez., 2010, pp. 1097-1112.

FONTES E DOCUMENTOS

Fotografias disponíveis na Casa da Cultura de Ipiranga:

- Construção do Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos em 1913.
- Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos em 1914.
- Desfile cívico com alunos (as) do Grupo Escolar em meados de 1960.
- Alunos (as) do Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos (sem data).

Atas e fotografias disponíveis na Biblioteca do Colégio Estadual Dr. Claudino dos Santos:

- Ata de Reunião Pedagógica de 1959.
- Ata de Reunião Pedagógica de 1965.
- Ata de Aula Inaugural de 1961.
- Fotografia da Sala dos professores (sem data).
- Ata de Aula Inaugural do Ginásio em 1959.
- Ata de Aula Inaugural de 1972.
- Ata de Aula Inaugural de 1974.
- Ata de Aula Inaugural de 1967.
- Ata de Aula Inaugural do Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos em 1962.
- Ata de Reunião Pedagógica de 1961.
- Ata de Reunião dos Professores de 1965.
- Ata da Reunião realizada em 1966.
- Ata de Aula Inaugural de 1973.
- Ata de avaliação de 1962.
- Regimento Interno de deveres dos alunos em 1959 e relato de indisciplina.
- Ata de repreensão em 1962.
- Planta do terreno que abrigava o Grupo, destacando-se as entradas, o poço d'água e os banheiros (pintados de preto), 1913.
- Croqui de implantação das salas de aula em 1960.